

Quem disse ?

«O PS deve ser capaz de manter a sua agenda política, mesmo que isso implique afrontar interesses instalados. Não se pode estar bem com Deus e com o Diabo»

Jorge Coelho
Jornal de Notícias, 1 de Abril



Director **Fernando de Sousa** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Federações socialistas

Guterres apresenta moção ao Congresso

O camarada António Guterres iniciou, terça-feira, dia 4, em Faro, um périplo pelas federações socialistas do País que visa apresentar aos militantes do PS a sua moção ao Congresso Nacional agendado para os dias 4, 5 e 6 de Maio. Intitulada «PS - Uma aposta de futuro», a moção subscrita pelo secretário-geral do Partido Socialista será ainda apresentada em Coimbra (amanhã), no Porto e Vila Real (sábado), e em Alhandra (dia 18).

Recorde-se que foram também apresentados outros dois documentos de estratégia global, da autoria do deputado Henrique Neto e do militante António Brotas. O documento do camarada António Guterres apresenta como principal novidade a proposta de conceder o direito de voto a todos as pessoas com mais de 16 anos.

Na moção, reafirma-se que «o PS é um partido de valores», sublinhando-se que para os socialistas «o exercício do poder só tem sentido como concretização, em cada momento, dos princípios e valores em que sempre assentou o socialismo e a social-democracia, numa síntese fecunda entre liberdade, igualdade e fraternidade».

O documento coloca as pessoas no cerne de um projecto reformista e humanista, apos-tando na educação e na formação como condição indispensável para uma maior igualdade e justiça.

«A educação e a formação são factores decisivos de criação de riqueza», sublinha-se no documento.

Demarcando-se claramente das teses neoliberais no plano económico, Guterres rejeita a teologia do mercado.

«Queremos uma economia de mercado e não uma sociedade de mercado», lê-se na moção.

Debate parlamentar

Guterres apresenta proposta integrada de segurança



O debate parlamentar sobre política geral realizado no dia 28 de Março na Assembleia da República foi marcado pelas propostas inovadoras de António Guterres em matéria de segurança, entendida numa perspectiva global, e pelo habitual deserto de ideias e populismo da oposição à sua direita.

Governo

Política antidroga Executivo aprova Plano de Acção Nacional



O horizonte português estará mais limpo em 2004. O fenómeno *contra natura* da toxicodependência deverá sofrer, até lá, um significativo revés, segundo as previsões do Governo socialista, que acabou de dar luz verde ao tão esperado e necessário Plano de Acção Nacional de Luta Contra a Droga.

PS em Movimento

Comissão Permanente Em defesa da reforma fiscal do Governo



O PS, pela voz do camarada Fausto Correia, saiu em defesa da reforma fiscal do Governo, salientando medidas como os benefícios em sede de IRC para as empresas que se instalem no interior e a revisão da tributação do património urbano.



Segurança das pessoas confiança no Estado

O primeiro-ministro, António Guterres voltou na quarta-feira passada aos debates parlamentares, restabelecendo assim uma prática que lhe tem merecido reconhecidos elogios. Recorde-se que este foi o décimo primeiro debate desde o início da presente legislatura com a presença do primeiro-ministro.

Sem privilegiar a apresentação de novidades políticas, Guterres centralizou a sua intervenção na segurança dos cidadãos, permitindo assim um debate muito mais rico e esclarecedor, ao invés da oposição que acabou por se dispersar em críticas por vários temas sem concretizar nenhuma proposta alternativa.

António Guterres apresentou no seu discurso inicial uma proposta integrada de segurança, tema, aliás, a que já tinha dado particular relevância na sua moção para o Congresso do PS, entre 4 e 6 de Maio. Para o primeiro-ministro há um novo valor da segurança, transversal a toda a sociedade, que abrange naturalmente a visão tradicional da segurança física das pessoas e bens mas, alerta, a segurança é, hoje muito mais do que isto, exigindo do Estado um novo conjunto de funções e uma nova capacidade de intervenção.

Neste sentido, tão importante como a segurança física são, por exemplo, a segurança alimentar, a segurança ambiental ou a segurança das infra-estruturas. Porém, esta visão de conjunto, não anula, segundo Guterres, a prioridade no combate ao crime, associada à prevenção das respectivas causas.

Reconhecendo o atraso estrutural e qualitativo do nosso país, para o primeiro-ministro, o objectivo primordial continua a ser a «segurança das pessoas e a confiança no Estado». Nesta lógica, disse, «criei e pus em funcionamento um Conselho de Ministros informal, que reúne mensalmente, acompanhará permanentemente um vasto conjunto de questões já elencadas no domínio da segurança, já que se torna essencial preservar a confiança dos cidadãos nas instituições e nos seus profissionais».

Este Conselho, segundo Guterres, já decidiu promover em todas as áreas: a avaliação e aperfeiçoamento das acções em curso; o levantamento dos problemas existentes e não detectados; a adopção, sempre que necessário, de medidas de emergência, a revisão ou a preparação de programas de acção a médio prazo.

Guterres aproveitou ainda a sua presença na Assembleia da República para, perante o plenário de deputados, manifestar, mais uma vez, o «profundo apreço, não isento de amargura» ao secretário-coordenador do PS, Jorge Coelho, ex-ministro de Estado e do Equipamento Social, afirmando que a sua atitude de demitir-se «fez mais pela credibilidade» do que muito do debate político.



O SOCIALISMO É INEGOCIÁVEL

Chamava-se «Clube de Imprensa», era um programa de debate político, e passava na RTP-2. Este programa tinha tido como convidado o camarada Mário Soares.

Era o tempo em que Proença de Carvalho mandava com mão de ferro na televisão pública, pondo na prateleira competentes profissionais, cujo único pecado era não serem conservadores e adeptos da teologia do mercado.

O «Acção Socialista» dava destaque a esta participação televisiva do líder do PS, transcrevendo as partes mais estimulantes do debate travado com quatro jornalistas.

Um dos temas em foco foi a revisão constitucional (a primeira) que estava a ser objecto de negociação.

Estávamos em 1982 e Soares afirmava que o PS tinha numa posição flexível e aberta, avisando que a palavra socialismo era inegociável, ao mesmo tempo que desmontava a velha argumentação da direita de que a Lei Fundamental era um entrave ao desenvolvimento do País.

J. C. C. B.

1 de Abril

Quem disse?

«O PS não é prisioneiro da revisão constitucional»

Mário Soares



Ano Internacional dos Voluntários Governo disponibiliza 100 mil contos

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade disponibilizou cem mil contos para a celebração do Ano Internacional dos Voluntários (AIV) que a ONU decidiu proclamar em 2001.

Em Lisboa, na passada quinta-feira, dia 30 de Março, a Comissão Nacional para o AIV apresentou um orçamento de 75 mil contos para actividades, que foi aprovado por unanimidade.

A maior fatia deste orçamento é para acções de publicidade e propaganda, 22.500 contos, representando 30 por cento

da verba total.

Seguem-se apoios financeiros a estudos (17.250 contos) e a aquisição de serviços (15 mil contos).

Durante este ano conta a Comissão Nacional para o AIV realizar um conjunto de actividades com vista a maior conhecimento e aprofundamento do voluntariado em Portugal, promover e divulgar as actividades de cariz voluntário e realizar vários eventos e iniciativas que promovam a causa dos voluntários, tudo sob o lema «Voluntariamente seja».

Páscoa

Tolerância de ponto na «Quinta-Feira Santa»

O primeiro-ministro, António Guterres, assinou, no dia 30, o despacho que concede tolerância de ponto à Administração Pública na «Quinta-Feira Santa», dia 12 de Abril, e o Governo avançou com o período de 25 dias úteis de férias até 2003.

Além da tolerância de ponto a 12 de Abril, Guterres assinou um segundo despacho para assinalar os dias da Europa (a 5 e 9 de Maio) em Portugal, fazendo com que nessas datas todos os edifícios públicos

tenham hasteadas as bandeiras nacional e da União Europeia.

O Conselho de Ministros aprovou também um decreto-lei que introduz alterações ao regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública.

Em linhas gerais, o novo diploma institucionaliza o período de 25 dias úteis de férias, a conceder de forma progressiva até 2003, para todos os funcionários da Administração Pública.

Porto 2001 assegura conclusão da Casa da Música em 2002

A Porto 2001 assegurou na semana passada que vai concluir a construção da Casa da Música no primeiro semestre de 2002, alegando, em comunicado, que não recebeu do consórcio construtor – Somague/Mesquita e Filhos/ECOP – qualquer intenção de abandono dos trabalhos.

A empresa presidida por Teresa Lago adianta ainda que o decurso da obra no terrenos não permite falar de atrasos significativos que possam ser imputados à Porto 2001.

A sociedade gestora da Porto Capital Europeia da Cultura assegura ainda que a obra foi adjudicada em 21 de Agosto de

2000, por 3,6 milhões de contos, com um prazo de execução de 450 dias, estando ainda prevista a conclusão em Novembro de 2001.

A entidade nega ainda qualquer intervenção na obra por exigência de elementos da equipe projectista do arquitecto Rem Koolhaas.

A Porto 2001 reage assim às notícias publicadas na comunicação social, onde se anunciava a conclusão da obra em 2004, com um custo superior a oito milhões de contos orçamentados, o abandono da obra pela Somague e a saída em Dezembro do arquitecto Rem Koolhaas.

Deputados comemoram 25º aniversário da Constituição

A sessão solene do 25 de Abril que decorre na Assembleia da República será este ano seguida de um almoço que assinala as bodas de prata da Constituição de 1976.

A par da sessão comemorativa dos 27 anos da revolução de 25 de Abril de 1974, a Assembleia da República vai receber no dia 25 do próximo mês constitucionalistas de renome e deputados que intervieram há um quarto de século na elaboração da Lei

Fundamental.

De manhã, o Parlamento irá receber o Presidente da República, Jorge Sampaio, para a sessão solene comemorativa do 25 de Abril, mas ao contrário do habitual as comemorações no Parlamento prosseguem com um almoço para homenagear alguns deputados que intervieram na elaboração da Constituição de 1976, aprovada a 2 de Abril de 1976.

GUTERRES APRESENTA PROPOSTA INTEGRADA DE SEGURANÇA

O debate parlamentar sobre política geral realizado no dia 28 de Março na Assembleia da República foi marcado pelas propostas inovadoras de António Guterres em matéria de segurança, entendida numa perspectiva global, e pelo habitual deserto de ideias e populismo da oposição à sua direita.

Este regresso do primeiro-ministro aos debates parlamentares, uma prática que lhe tem granjeado rasgados elogios, mostrou uma vez mais que o Governo tem uma estratégia para enfrentar os desafios que se colocam à sociedade portuguesa neste princípio de século e milénio.

No debate, António Guterres apresentou uma proposta integrada de segurança, transversal a toda a sociedade, que abrange a visão tradicional de segurança física das pessoas e bens, mas que é muito mais do que isso, ou seja, atribuiu ao Estado um novo conjunto de funções e uma nova capacidade de intervenção.

Neste domínio, são claras as diferenças que separam o PS da Direita, ou seja, a Direita teima – como ficou claro no debate – em ter uma visão retrógrada do conceito de segurança a resvalar para o autoritarismo sem atacar as complexas causas deste fenómeno.

No seu discurso, o primeiro-ministro propôs alterações ao Código Penal para tornar efectivas as sanções em casos de condução sob o efeito de álcool (com uma moldura penal entre dois meses e dois anos de prisão), penalizar quem guie sob o efeito de drogas e baixar os níveis de alcoolémia susceptíveis de penalização (0,2 ou 0,3 gramas por litro).

Guterres disse ainda que, a partir do Verão, helicópteros irão controlar de forma mais apertada situações de excesso de velocidade e que os concessionários irão dispor de um mecanismo de verificação de velocidade, através de controlos a instalar nas entradas e saídas dos troços de auto-estrada.

No debate, o primeiro-ministro criticou a postura do presidente do PSD, acusando-o de se limitar a fazer críticas sem apresentar propostas alternativas.

«A lógica do PSD é sol na eira e chuva no nabal», disse.

Em relação ao secretário-geral do PCR, o chefe do Governo foi mais moderado, defendendo a tese de que nunca será possível inverter o défice da balança comercial e aumentar os salários dos trabalhadores sem primeiro se assistir a uma modernização do aparelho produtivo nacional.

Guterres afastou ainda a revisão da lei eleitoral para as autarquias antes das



Guterres desapontado com comportamento da oposição

O primeiro-ministro manifestou-se no dia 28 de Março desapontado com o comportamento da oposição e ainda preocupado com as consequências da demissão de Xanana Gusmão do cargo de presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT).

«Recebi essa notícia com grande preocupação. Agora, vou conhecer melhor, em detalhe, os motivos que levaram Xanana Gusmão a demitir-se», afirmou António Guterres no final do debate parlamentar sobre política global.

No final da discussão, o primeiro-ministro manifestou-se também desapontado com o comportamento das forças da oposição.

«Esperava que às tradicionais críticas juntassem também as suas propostas, mas não foi isso que aconteceu», declarou.

António Guterres voltou a eleger como principal prioridade da acção governativa as questões de segurança entendidas de uma forma global, destacando o combate à doença das vacas loucas, a segurança alimentar e a prevenção rodoviária.

Rejeitou também a ideia de que possuía actualmente menor interesse em participar em debates parlamentares, afirmando que esteve na Assembleia da República por proposta sua.

«Venho ao Parlamento sempre que quiserem. Nesta legislatura, já participei em dez debates, o que constitui seguramente um recorde», comentou.

eleições de Dezembro para o Poder Local e reagiu aos pedidos do líder do CDS-PP para apertar o cerco aos traficantes de droga, designadamente permitindo-se buscas nocturnas aos domicílios, sublinhando em contraponto a estratégia governamental de política integrada de prevenção da toxicodependência.

Durão Barroso, mais uma vez cinzento, sem uma única proposta inovadora, falando grosso para esconder um imenso deserto de ideias, perguntou pelos resultados da investigação policial ao crime na discoteca «Luanda», em Abril de 2000.

Guterres respondeu a esta questão, revelando que «os responsáveis estão identificados, são cidadãos de um país estrangeiro e não se encontram em território nacional».

Direita sem rumo

Repescando críticas e posições antigas, o líder do CDS/PP quis saber se o Governo vai ou não avançar com uma política de coordenação das forças de segurança, se pretende rever a legislação sobre armas de fogo e o que pensa fazer para controlar a inflação e estimular a poupança das famílias.

O primeiro-ministro desvalorizou todas as críticas. Disse que está em aplicação um novo regime de coordenação das polícias, negou o aumento da grande criminalidade e garantiu que as poupanças das famílias estão numa fase ascendente.

Portas, no seu estilo populista e demagógico, dirigiu então a sua intervenção para a Lei da Liberdade Religiosa que está a ser trabalhada no Parlamento, acusando o PS e os partidos à sua esquerda de estarem – pasmem-se – a perseguir a Igreja Católica, numa tentativa desesperada de lançar a confusão.

Na resposta, o chefe de Governo acusou o líder do CDS/PP de fazer um discurso fundamentalista e pediu a Portas para não levantar «falsos problemas, porque o país já tem problemas sérios para se preocupar».

Fernando Rosas, do Bloco de Esquerda, colocou o acento tónico nas críticas à reforma eleitoral.

Em resposta, Guterres assumiu que o Governo não vai tomar qualquer posição para sair do impasse em que se encontra a reforma eleitoral autárquica e reafirmou que o PS «não é favorável a nenhum sistema que ponha em causa a proporcionalidade» eleitoral.

Ameno foi o diálogo com o Partido Ecologista Os Verdes, tendo Guterres admitido estar de acordo com os pressupostos da intervenção da deputada Isabel de Castro, que incidiu na questão da extracção de areias.



HÁ UM NOVO VALOR DA SEGURANÇA

Nos últimos dias acontecimentos trágicos enlutaram o País causando uma profunda comoção.

Este quadro é sempre propício a um sentimento de maior insegurança face às fragilidades ainda existentes em Portugal. Nestes momentos o papel dos governos é duplo. Enfrentar com determinação as situações de emergência. Contribuir para fortalecer a confiança, não pelo ocultar dos problemas, que existem, mas pela capacidade estratégica de lhes dar resposta.

Não posso hoje naturalmente falar de tudo. Sinto que é minha obrigação concentrar-me naquilo que, pelo menos aparentemente, é mais difícil. A forma como o Governo encara e a estratégia que tem face às fragilidades agora mais evidenciadas.

Na Moção que apresentei em Janeiro para o Congresso do PS, defini como um dos seus cinco eixos: «O Estado moderno garante do calor da segurança».

E escrevi:

«Há um novo valor da segurança, transversal a toda a sociedade.» Este abrange naturalmente a visão tradicional da segurança física das pessoas e bens.

Mas a segurança é muito mais do que isto, exigindo do Estado um novo conjunto de funções e uma nova capacidade de intervenção.

Tão importante como a segurança física são, por exemplo, a segurança alimentar, a segurança ambiental ou a segurança das infra-estruturas.

Esta visão de conjunto não anula a prioridade no combate ao crime, associada à prevenção das respectivas causas.

Todos os anos, desde 1995, aumentámos os efectivos da PSP e da GNR. Este ano temos mais 1 500 em formação, além das polícias municipais. Em 2001, 650 agentes tirados das secretarias para patrulhamento. Número semelhante vindo do serviço aos tribunais. Continua um investimento sem precedentes em instalações, viaturas, equipamentos. Lançou-se o conceito de polícia de proximidade, os programas escola segura, idosos em segurança, comércio seguro. Novas acções estão previstas para as discotecas e respectivas áreas de influência. Sabemos que o problema da segurança não está resolvido, mas é indiscutível uma cada vez maior eficácia e pro-actividade da Polícia Judiciária, da PSP e da GNR e uma melhor coordenação da investigação criminal.

«Segurança das pessoas, confiança no Estado», este o objectivo que tínhamos, temos e teremos. Isto independentemente das inegáveis dificuldades em o concretizar, dado o nosso atraso estrutural e qualitativo.

Nesta lógica criei e pus em funcionamento um Conselho de Ministros informal para a segurança das pessoas e a confiança no Estado. Este reúne mensalmente, para além de mim próprio, os Ministros da Presidência, da Administração Interna, Equipamento Social, Trabalho, Justiça, Agricultura, Saúde,



Ambiente e Ciência, podendo outros ser chamados, se oportuno.

Para além da segurança física das pessoas, as áreas de intervenção abrangidas são as seguintes:

- segurança alimentar;
- prevenção e controlo de epidemias;
- qualidade e segurança de medicamentos;
- segurança ambiental, incluindo o controlo da poluição industrial;
- segurança das infra-estruturas, edifícios e meios de transporte;
- segurança contra incêndios;
- segurança rodoviária;
- qualidade do controlo do tráfego aéreo e marítimo;
- segurança no trabalho;
- minimização de riscos associados a sismos ou vulcões;
- protecção radiológica e nuclear;
- capacidade de previsão meteorológica;
- segurança dos sistemas informáticos.

O Conselho decidiu já promover em todas as áreas: a avaliação e aperfeiçoamento das acções em curso; o levantamento dos problemas existentes e não detectados; a adopção, sempre que necessário, de medidas de emergência; a revisão ou a preparação de programas de acção a médio prazo.

Na mesma perspectiva concluímos já a Reforma do Sistema de Inspeções da Administração Central. Porque a fiscalização é fundamental, reforçámos os corpos especiais de inspecção e clarificámos o seu regime. Foram valorizadas as carreiras inspectivas e as suas remunerações, incentivando a disponibilidade permanente e a independência na acção. Todos os Ministérios têm a orientação clara de proceder a acções de fiscalização sistemáticas com divulgação pública dos resultados.

Estamos também a avaliar com exigência a capacidade científica que apoia este objectivo, nomeadamente em laboratórios públicos de referência.

A autoridade do Estado exige uma rede de competências e actuações como garante

da confiança do cidadão nas instituições e nos seus profissionais. Não partimos do zero, graças à prioridade que sempre demos ao desenvolvimento científico. Três exemplos simples, sobre questões de actualidade, demonstram-no com clareza:

Foi possível, em condições extremas, operar sonares ou medir correntes em Entre-os-Rios, porque tinham antes sido adquiridas competências, instrumentos, sistemas de aquisição e de análise de sinais em programas de investigação contínuos.

Foi possível a Portugal agir de forma exemplar, como é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde, em resposta à questão dos riscos eventuais associados à utilização de urânio empobrecido nos Balcãs, porque estavam garantidas e plenamente operacionais capacidades científicas e técnicas no domínio da protecção e segurança nucleares.

Tivemos um comportamento elogiado pela União Europeia no plano de erradicação da BSE.

Paradoxalmente é agora maior a projecção pública de certos problemas, cuja gravidade diminuiu nos últimos tempos. É positivo o grau crescente de exigência dos cidadãos em relação aos seus direitos. É obrigação dos governos compreendê-lo e agir.

São exemplos deste tipo de inconformismo a segurança rodoviária e a segurança no trabalho.

O número de acidentes de trabalho mortais foi de 261 em 1996. Baixou para 164 em 1999, enquanto aumentavam as acções inspectivas. Estamos satisfeitos? Não. Estamos mesmo profundamente insatisfeitos. Por isso acordámos, em sede de concertação social, um exigente programa de acção.

Nas estradas portuguesas, em 1996, havia 6 milhões de veículos. Em 2000 quase 8 milhões. Em 1996, 2100 mortos, em 2000, 1630. Estamos satisfeitos? Não. Estamos mesmo profundamente insatisfeitos. Dai novas decisões de que exemplifico apenas algumas, só no domínio da repressão.

Vamos propor à Assembleia:

1. Alterar o Código Penal para penalizar a condução sob influência de drogas e para tornar efectiva a sanção a quem conduz sob a influência do álcool, agravando ainda as penas para 2 meses a 2 anos.

2. Rever o Código de Estrada, baixando os níveis de alcoolémia sancionados, para a partir de 0,2 ou 0,3 g/l.

Em Abril serão fortemente reforçados os instrumentos de medida. No Verão iniciar-se-á o controlo da velocidade e de manobras perigosas por helicóptero. Será proposto aos concessionários das auto-estradas um mecanismo de verificação de velocidade através dos controlos à entrada e à saída.

Portugal tem nas estradas um enorme atraso que queremos recuperar. Por isso há 300 Km de auto-estradas em construção e mais de 1.300 concessionários ou em concurso público. O próximo contrato a assinar é a auto-estrada que substituirá o IP5. Mas sabemos que não basta construir. É preciso conservar. O Ministro Jorge Coelho anunciou e o Ministro Ferro Rodrigues está a preparar um novo instrumento de parceria entre o sector público e o sector privado para que seja possível um salto qualitativo face ao terrível desafio que é a melhoria e conservação de 10 mil Km de rede rodoviária nacional.

Nesta lógica, o orçamento dos institutos rodoviários para 2001 contava já com 64 milhões de contos em beneficiação e requalificação, num total de 164. Triplica em relação a 1995. O orçamento total cresce 70 por cento. Mas, esta tendência é ainda insuficiente.

Aqueles institutos tinham neste momento em curso quinze grandes projectos de reabilitação de pontes. Cinco em lançamento. Arrancaram com uma inspecção de emergência ao estado de segurança de mais de 300 pontes em todo o País. Em sequência será elaborado o respectivo programa de manutenção. Vai ser definido com o LNEC um plano de monitorização e comportamento das obras de arte.

A segurança conquista-se. É produto da competência e da organização, da capacidade científica e técnica, de uma cultura de qualidade e de avaliação. Acima de tudo da participação e da exigência constantes de cada um de nós.

Temos que reconhecer com lucidez a verdade, confiar nas nossas capacidades e agir com o sentido das responsabilidades. Por isso quero terminar estas palavras com a expressão do meu profundo apreço, não isento de amargura, ao ministro Jorge Coelho. A sua atitude, seguro como estou que lhe não pode ser imputada qualquer responsabilidade pessoal pelo que aconteceu em Entre-os-Rios, é uma lição para aqueles que pensam que a política é um simples jogo de poder ou que todos os que servem o Estado apenas o fazem para defender um cargo.

Discurso de abertura do debate mensal na Assembleia da República, no dia 28 de Março de 2001.

EXECUTIVO APROVA PLANO DE ACÇÃO NACIONAL

O horizonte português estará mais limpo em 2004. O fenómeno contra natura da toxicodependência deverá sofrer, até lá, um significativo revés, segundo as previsões do Governo socialista, que acabou de dar luz verde ao tão esperado e necessário Plano de Acção Nacional de Luta Contra a Droga.

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 30, o Plano de Acção Nacional Contra a Droga e Toxicodependência – Horizonte 2004, dando prioridade à prevenção primária, tendo como alvo essencial as crianças e a população escolar. De acordo com o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, o plano contará para a sua execução, até 2004, com crescimentos anuais de 10 por cento de verbas em sede de Orçamento de Estado.

Segundo o governante, «com esta taxa de crescimento, os investimentos do Estado passarão dos actuais 24 para 32 milhões de contos em 2004, assistindo-se a um aumento de financiamentos na ordem dos 150 por cento nas acções englobadas no capítulo das políticas de prevenção primária do fenómeno da toxicodependência».

Além dos meios a conceder pelo Estado, Vitalino Canas salientou que, até 2004, o Executivo socialista pretende que todas as escolas do País insiram nos respectivos programas curriculares matérias relacionadas com a prevenção da droga, álcool e tabaco, ao mesmo tempo que será incentivada a formação de agentes educativos nestas áreas.

No ensino superior, o Governo vai colocar em marcha uma série de programas de parceria com reitores e associações de estudantes para a definição de estratégias, tendo em vista a prevenção, uso e abuso do consumo de drogas.

«O conjunto de iniciativas do plano de



acção vai mobilizar diversos poderes públicos, mas a presença da sociedade civil é essencial para o sucesso das medidas de combate à droga», sublinhou o secretário de Estado.

Apesar de salientar que Portugal não tem indicadores elevados ao nível do consumo de droga, Vitalino Canas frisou que a prevenção primária junto das crianças e das escolas é a chave para a redução da dimensão do fenómeno da toxicodependência.

«Ao contrário do passado, em que as acções pecavam por ser extremamente genéricas e, por isso, poucas eficazes, o plano de acção nacional tem medidas específicas para cada situação», acrescentou.

Controlo é palavra-chave

Além das medidas ao nível da prevenção, o plano prevê acções em áreas como a

das políticas de redução de riscos e minimização de danos, o tratamento, a reinserção social, o combate ao tráfico de droga e a investigação.

Face ao carácter abrangente do Plano de Acção Nacional de combate à droga, Vitalino Canas fez questão de salientar que todas as medidas serão anualmente avaliadas, sobretudo no que concerne aos resultados práticos da estratégia de reforço dos investimentos públicos.

«O plano implica um acréscimo de controlo em relação à forma como se gastam as verbas envolvidas», sublinhou o secretário de Estado da Presidência.

Em matéria de redução de riscos, até 2004, o Governo vai alargar a todos os distritos do País a rede primária, que engloba acções como a troca de seringas, programas de substituição de metadona de baixo limiar, assim como a existência de equipas de rua, pontos de contacto e de informação.

A rede secundária de redução de riscos terá uma intervenção prioritária nas áreas metropolitanas de Lisboa, Porto e Algarve, usando como instrumentos uma rede de postos móveis, gabinetes de apoio a toxicodependentes excluídos, centros de acolhimento (para residência transitória) e de abrigo (para acolhimento nocturno). Quanto à intervenção em meio prisional, Vitalino Canas afirmou que todas as estratégias estão a ser levadas a cabo em colaboração com o Ministério da Justiça, adiantando que a inclusão dos programas de substituição de metadona «ainda se encontram em fase de estudo».

Na intervenção em meio prisional, além do alargamento progressivo a todos os estabelecimentos prisionais dos programas de substituição, o plano prevê a continuação do programa de vacinação contra a Hepatite B, assim como a instalação de alas livres de droga.

No que respeita às salas de injeção assistida, o secretário de Estado referiu que o Executivo do PS optou por adiar o período de discussão pública por uma semana, decisão que se ficou a dever às alterações de agenda de vários membros do Governo na sequência da tragédia em Entre-os-Rios.

No final do Conselho de Ministros, Vitalino Canas deixou claro que «a política de redução de riscos não se reduz às salas de injeção assistida» e desvalorizou a possibilidade de o Governo limitar as salas de chuto a cidadãos maiores de 18 anos. «As salas de injeção assistida destinam-se a indivíduos profundamente dependentes da droga, o que é difícil acontecer antes dos 18 anos», sustentou. Em matéria de reinserção de jovens toxicodependentes, o secretário de Estado destacou o programa «Vida Emprego», que, entre este ano e o próximo, será relançado, através de uma reformulação ao nível da gestão, tendo em vista «melhorar o procedimento burocrático».

Este programa será também estendido a ex-reclusos, iniciando-se, ainda este ano, em alguns estabelecimentos prisionais do País.

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005
CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA

Três projectos inovadores no domínio das TIC

A secretária de Estado da Administração Educativa, Maria José Rau, presidiu, dia 30 de Março, na Direcção Regional de Educação do Centro, à apresentação de três projectos inovadores na área das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC): «Prof 2000», «Tic-Tac» e «CANTIC».

A possibilidade de uma comunicação facilitada e mais alargada, com diferentes agentes educativos, através das novas TIC, constitui o denominador comum dos três projectos que se desenvolvem na região Centro, tendo como parceiros a Direcção Regional de Educação do Centro e a PT Inovação.

O projecto «Prof 2000» afirma-se como um portal nacional de formação a distância de professores, envolvendo 85 Escolas e 29 centros de formação, com uma estrutura que implica a existência de um Centro de Treino e de um Professor Líder, em cada escola.

O «Tic-Tac» é um projecto cuja estrutura assenta no estabelecimento de ligações entre as famílias, os professores e as escolas, prestando-se também à integração de informações, à concessão de espaços de divulgação e à canalização de acções desenvolvidas no âmbito de outras iniciativas da Cidade Digital de Aveiro.

Quanto ao terceiro projecto, ele traduz-se na criação de Centros de Avaliação de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (CANTIC) e assume como objectivo primordial a promoção de condições facilitadoras para uma educação verdadeiramente inclusiva de pessoas com deficiências físicas graves, rentabilizando, também, os equipamentos e os materiais que algumas escolas/alunos já dispõem.

AGRICULTURA

Febre aftosa requer vacinação no Reino Unido

O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, quer um plano estratégico comunitário de vacinação contra a febre aftosa no Reino Unido de molde a evitar um «desastre maior».

Em declarações à Comunicação Social, o governante afirmou que «as autoridades britânicas mostraram-se incapazes de controlar o surto de febre aftosa» que desde 21 de Fevereiro assola aquele país.

«Passado um mês e meio, o primeiro-ministro britânico vem afirmar que a situação deverá agravar-se em Maio», acrescentou.

Justificando a sua posição, o ministro português argumentou que «os restantes Estados-membros não podem correr riscos, tanto mais que o surto tende a eclodir com mais força».

Contudo, Capoulas Santos é contra o alargamento de uma estratégia de vacinação aos restantes países comunitários, por entender que «comprometeria a vocação exportadora da UE».

«Há que dar à França, Países Baixos e Irlanda, onde foram detectados focos de febre aftosa, a mesma possibilidade de controlo que se deu ao Reino Unido», sustentou. Capoulas Santos vai apresentar esta proposta ao próximo conselho informal de ministros da Agricultura que decorrerá em Ostersund, na Suécia, nos próximos dias 9 e 10.



AMBIENTE

Portugal mantém protocolo de Quioto

Portugal mantém a sua posição de ratificar, em 2002, o protocolo de Quioto sobre o aquecimento global do planeta, apesar do abandono dos Estados Unidos, afirmou, no dia 29, em Lisboa, o secretário de Estado do Ambiente, Rui Gonçalves.

Em declarações à Imprensa, o governante manifestou a «preocupação» do Governo face ao anúncio feito, no dia 28, pela administração Bush de os Estados Unidos não ratificarem o protocolo de Quioto.

«É preocupante esta recusa, tanto mais que os Estados Unidos ratificaram a convenção sobre as alterações climáticas, assinaram o protocolo de Quioto e agora, três anos depois, vêm dizer que não o vão ratificar», afirmou Rui Gonçalves.

Mas, na opinião do governante, a posição dos Estados Unidos não significa o fim do protocolo, pois o protocolo pode ainda ser ratificado pelos restantes países do mundo, desde que responsáveis por 55 por cento da emissão de gases com efeito de estufa.

«Tudo depende agora dos restantes países. Garanto é que Portugal não irá abandonar o protocolo de Quioto sem ter uma alternativa para o combate às alterações climáticas», defendeu, adiantando que o Governo honra a posição assumida pela União Europeia de ratificar o protocolo em 2002.



COMUNIDADES

CCP: apelo para marcação das eleições

João Rui de Almeida apelou aos membros do Conselho das Comunidades Portuguesas para que marcassem, no passado dia 31, a data das eleições, esquecendo um passado «de atribuições, mal-entendidos, desencontros e dúvidas».

Discursando na abertura da reunião extraordinária do Conselho das Comunidades (CCP), que decorreu, sábado, na sala do senado da Assembleia da República, em Lisboa, o secretário de Estado das Comunidades considerou que o Conselho que vier a ser eleito na data a ser hoje (31 de Março) marcada saberá superar todo esse passado com uma «dinâmica e iniciativa em prol das Comunidades».

João Rui de Almeida recordou o impasse vivido com a impugnação da eleição do Conselho Permanente, determinada pelo Supremo Tribunal Administrativo em Fevereiro do ano passado, justificando a convocação desta sessão extraordinária como única saída para uma situação que – disse – fazia perigar a existência e continuidade do próprio Conselho.

Depois de saudar «aqueles que longe da pátria mantêm a chama da portugalidade», o secretário de Estado das Comunidades recordou os três conselheiros que faleceram durante este mandato (José Manuel Ribeiro, Venezuela, Alice Ribeiro, Canadá, e Agostinho Macedo, África do Sul) e afirmou que serão precisamente os membros do Conselho quem «melhor saberão encontrar as respostas» para o futuro deste órgão consultivo do Governo.



DESENVOLVIMENTO RURAL

Apoios para estragos do mau tempo no Baixo Mondego

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural afirmou, no dia 2, em Lisboa, que os apoios aos agricultores do Baixo Mondego, por causa do mau tempo, estão a funcionar, mas adverte para a necessidade de os empresários do sector segurarem as colheitas.

Vitor Barros, que reagia à manifestação convocada para por agricultores da região do Baixo Mondego, garantiu que «toda a infra-estrutura de rega está a ser recuperada, em parceria com a associação de regantes».

«Algumas obras estão já concluídas e outras vão ser feitas», sublinhou. O governante assegurou que o Estado apoia, com empréstimos a fundo perdido, os investimentos para a recuperação dos sistemas de rega e caminhos.

Além disso, paga «80 por cento das cabeças de gado perdidas, a valor de mercado, a fundo perdido», referiu.

Os agricultores beneficiam, também, de uma linha de crédito bonificado para solucionar os prejuízos provocados pelo mau tempo nas estufas.

Vitor Barros assegurou que «estes instrumentos estão todos a funcionar e tiveram uma boa resposta».

De fora dos apoios ficam os prejuízos com o milho. «Não temos resposta e achamos que nem devemos ter», afirmou o secretário de Estado, acrescentando que os empresários devem recorrer aos seguros, «que são altamente bonificados».



ECONOMIA

Nova fábrica da Portucel Recicla até final de 2002

O ministro da Economia, Mário Cristina de Sousa, garantiu, no dia 30, em Mourão, a construção de uma fábrica da Portucel Recicla no concelho para entrar em funcionamento até final do ano de 2002.

Após hora e meia de reunião com a Comissão de Trabalhadores (CT), Administração da empresa e um representante da Europac (sócia da Sonae na Imocapital, que por sua vez é accionista da empresa do grupo Portucel), o ministro assegurou ainda que a «situação laboral dos trabalhadores está garantida».

Algumas dificuldades, entre as quais o abastecimento de energia, estão resolvidas, pelo que, «em breve, será possível iniciar as obras», garantiu Mário Cristina de Sousa. A actual fábrica, construída em 1955, está localizada em Mourão, junto ao Guadiana, mas encerrará até 15 de Abril, devido à construção da barragem de Alqueva e às operações de limpeza e desmatação de toda a área envolvente.

Adquirida por cinco milhões de contos pela Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva (EDIA), a fábrica foi desmantelada e o equipamento vendido na passada segunda-feira, à tarde, num leilão internacional.



EDUCAÇÃO

Ministro apela a tranquilidade nos exames

O ministro da Educação lançou um veemente apelo, no dia 30, para que os exames de Junho no ensino secundário não sejam afectados por greves de professores e afastou alterações ao sistema de carreiras dos docentes.

No final do Conselho de Ministros, Augusto Santos Silva reagiu às ameaças da Federação Nacional de Professores (Fenprof) de promover novas greves em Junho, durante o período de exames, tendo classificando-as como «levianas».

«Estão em causa cerca de 150 mil alunos que se estão a preparar para os exames e que necessitam de um ambiente de tranquilidade e de estabilidade. Os interesses dos alunos têm de estar em primeiro lugar», alertou o governante.

O titular da pasta da Educação recordou que as negociações com os sindicatos dos professores «estão ainda em curso», invocando como exemplo o facto de o Governo ter apresentado uma Segunda proposta para a alteração do sistema de concursos na colocação de professores.

«Não deixaremos de dialogar com ninguém e nenhum pedido de audiência (ao Ministério da Educação) deixará de ser atendido», disse, procurando reforçar o «espírito de abertura» por parte do Governo.



EQUIPAMENTO

Dotar portos com sistemas de controlo de tráfego até 50 milhas

O ministro do Equipamento afirmou, no passado dia 30, em Matosinhos, que é prioritário dotar toda a costa portuguesa com sistemas, portuário e costeiro, para controlo e gestão do tráfego marítimo até 50 milhas da costa.

Ferro Rodrigues referia-se ao sistema VTS (Vessel Traffic, Service), que já se encontra em funcionamento no porto de Leixões, e deverá ser inaugurado em Lisboa, Setúbal e Sines até Junho, «representando um investimento que poderá ultrapassar os 14 milhões de contos (70 milhões de euros)».

O VTS permite, disse, «ter, pela primeira vez, um controlo integral do tráfego na costa portuguesa, detectando situações anómalas, por exemplo, de lavagem de tanques, tráfico de mercadorias, narcotráfico ou cargas perigosas, bem como a capacidade de comando para intervenção imediata da marinha de guerra ou da força aérea».

O ministro do Equipamento adiantou que «está a ser concretizado um portal marítimo e portuário», projecto que «estimulará a área do negócio nos planos nacional e internacional». Segundo Ferro Rodrigues, «o portal criará uma capacidade de formação que nos permitirá intervir no modelo de organização marítimo e portuário dos países que, para o efeito, nos solicitarem».

O governante explicou, ainda, que este portal «será também um valioso contributo para a segurança marítima», uma vez que, entre a informação que fornecerá, estará a relativa a cartas náuticas, fundeadouros, avisos aos navegantes, dados on-line de marés e agitação marítima.

O responsável, que falava na cerimónia de inauguração do cais de 162 metros no terminal de contentores sul e do túnel sob o porto de pesca, no porto de Leixões, adiantou que este mês será apresentada a proposta da rede nacional de plataformas logísticas.



SAÚDE

Centros de detecção de sida em todas as capitais de distrito

A ministra da Saúde anunciou, no dia 2, em Sesimbra, a instalação de centros de detecção de Sida nas capitais de distrito e o lançamento de uma grande campanha de sensibilização, orientada para diversos segmentos da população.

Manuela Arcanjo falava a cerca de centena e meia de participantes na sessão de abertura do II Encontro Nacional das Comissões Distritais e Regionais de Luta Contra a Sida, que terminou na passada terça-feira e em que foram discutidas as prioridades da luta contra o Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, no âmbito do plano de intervenção para 2001. A estratégia da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida (CNLCS) para este ano, já aprovada pela ministra da Saúde, prevê um conjunto de acções de «informação e educação maciça em parceria com organizações não-governamentais, com a juventude e com o Ministério da Educação».

«Trata-se de uma campanha de informação e de educação maciça, mas que é diferenciada em função de grupos específicos», disse Manuela Arcanjo, referindo como exemplo o caso dos motoristas de veículos pesados, que têm «condições de trabalho propensas a contactos que propiciam alguns riscos de infecção».



CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 30 de Março

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que aprova o Plano de Acção Nacional de Luta contra a Droga e a Toxicod dependência – Horizonte 2004;
- Uma proposta de lei que altera o artigo 31º e adita os artigos 31º-A a 31º-F da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas;
- Um decreto-lei que atribui à Sociedade Lusoscut, Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, SA, a concessão da concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estradas e conjuntos viários associados, designados por Beira Litoral/Beira Alta;
- Uma resolução que aprova a minuta do contrato de concessão de lanços de auto-estradas e conjuntos viários associados, designada por Beira Litoral/Beira Alta, a celebrar entre o Estado Português e a Lusoscut – Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, SA;
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação;
- Um decreto-lei que introduz alterações ao regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública;
- Um decreto-lei que alarga o crédito anual concedido para autoformação aos funcionários e agentes da Administração Pública;
- Um decreto-lei que regulamenta a lei que estabeleceu um regime excepcional de apoio aos prisioneiros de guerra nas ex-colónias;
- Uma proposta de lei que aprova a Lei de Programação Militar;
- Um diploma que revê o regime de retenção na fonte de IRS;
- Um decreto-lei que equipara, para efeitos de suplemento mensal por despesas de representação, os cargos de administração hospitalar, constantes na tabela II anexa ao decreto-lei n.º 101/80, de 8 de Maio, aos cargos dirigentes da Administração Pública;
- Um decreto-lei que altera a designação do posto de subchefe principal da carreira do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, adoptando-se a nova denominação de chefe;
- Um decreto regulamentar que reestrutura as carreiras de inspecção da Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão, por aplicação do decreto-lei que estabelece regras sobre o regime geral e estruturação de carreiras da Administração Pública;
- Uma resolução que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português e a Faurecia Societé Anonyme, sociedade de direito francês, a Faurecia – Assentos para Automóvel e a Faurecia – Sistemas de Escape Portugal para a realização do projecto de investimento de criação de uma unidade industrial, em Bragança destinada à produção de sistemas completos de escapes para a indústria automóvel;
- Uma resolução que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português e a Wolverine Tube, a Wolverine Europe, Wolverine Tube e Wolverine Tubagem (Portugal) para a criação de uma unidade industrial, tecnologicamente avançada, para o fabrico de tubos de cobre e de produtos não ferrosos para ar condicionado;
- Uma resolução que delega na ministra da Saúde competência para a prática de actos relativos ao concurso público internacional n.º 13/2001, para fornecimento de tuberculinas e vacinas.



CRIMINALIDADE ESTABILIZADA

A criminalidade em Portugal estabilizou no ano 2000 em comparação com o ano anterior, mas o roubo na via pública aumentou mais de 15 por cento, indica o Relatório de Segurança Interna divulgado, no dia 2, em Lisboa.

Apresentado pelos ministros da Administração Interna, Severiano Teixeira, e da Justiça, António Costa, o relatório mostra que o total de ocorrências registadas no ano 2000 aumentou 0,4 por cento em relação a 1999.

Para Severiano Teixeira, este dado mostra que Portugal «segue a tendência de estabilização europeia».

No entanto, o ministro da Administração Interna reconheceu que não há uma correlação estatística directa entre as ocorrências que foram participadas em 2000 e o sentimento de insegurança da população portuguesa, que «é muitas vezes maior».

«Grande parte das ocorrências participadas está ligada à pequena criminalidade de rua, o que tem muito a ver com a delinquência juvenil e com a toxicod dependência», afirmou Severiano Teixeira, acrescentando que o aumento de 15,4 por cento, registado nos roubos na via pública «é preocupante».

O titular da pasta da Administração Interna



disse que os roubos na via pública «merecem uma atenção especial porque têm grande influência no sentimento de insegurança das pessoas».

«A preocupação do Governo não é exclusivamente travar uma luta contra a criminalidade, mas também contra o sentimento de insegurança», sustentou.

Os crimes mais graves, como homicídios, roubos por esticção ou ofensas corporais graves, diminuíram mas, segundo o governante, «a intensidade da violência de alguns actos de delinquência juvenil e grupal merece especial atenção».

A ausência de dados ligados à criminalidade económica e financeira e a corrupção, apontada por magistrados e outros agentes judiciais como o calcanhar de Aquiles da investigação criminal, foi justificada pelo ministro António Costa pela impossibilidade de serem participados directamente. Contudo, o ministro da Justiça disse que deverá

haver um maior combate à criminalidade económica e financeira, o que «requer a pró-actividade da polícia na detecção e repressão».

«A criminalidade económica e financeira tem que ser tão duramente repreendida como a criminalidade de rua», sustentou Costa, adiantando que estão a ser

preparadas medidas para facilitar a sua detecção, como permitir um mais fácil acesso à informação bancária.

Um dos indicadores do Relatório de Segurança Interna que mais satisfação cria nos ministros Severiano Teixeira e António Costa diz respeito ao aumento de apreensões de droga no ano 2000 relativamente ao ano anterior: mais 490 quilos de heroína, mais 2,2 toneladas de cocaína, mais 18,3 toneladas de haxixe e mais 157 quilos de marijuana.

Para os dois governantes que segunda-feira apresentaram o relatório, estes números revelam uma «eficácia operacional e capacidade de cooperação» entre os órgãos da polícia criminal.

O número de ocorrências participadas revela uma concentração nas grandes áreas urbanas e uma acentuação da diferença entre o litoral e o interior.

O relatório enumera as políticas seguidas no combate à droga, policiamento, incluindo a chamada polícia de proximidade, e vigilância nas escolas, entre outras. O Relatório de Segurança Interna é apresentado todos os anos pelo ministro da Administração Interna, mas este ano foi decidido que seria feito em conjunto com o titular da Justiça, para reforçar a imagem de coordenação da política de segurança entre os dois ministérios.

DESTAQUE – CM

Força Aérea

CANDIDATURAS FANTASMA NA MIRA

O Conselho de Ministros aprovou, na passada sexta-feira, medidas contra as candidaturas políticas «fantasma» por parte de pilotos da Força Aérea e um regime excepcional de apoios aos prisioneiros de guerra nas ex-colónias portuguesas.

Com as alterações à Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, o Governo pretendeu introduzir mudanças no sistema de regulação para o exercício de direitos de reunião, associação, manifestação, petição colectiva, liberdade de expressão e capacidade eleitoral passiva por parte dos militares e dos agentes militarizados na efectividade de serviço.

Esta proposta de lei visa sobretudo atacar as candidaturas políticas de pilotos da Força Aérea, a partir de partidos sem actividade regular, e que não se destinam ao efectivo exercício dos lugares para os quais se propõem em actos eleitorais.

A partir de agora, segundo o Executivo, o período de licença sem vencimento apenas abrangerá o período da candidatura, ou do exercício do mandato político para que os militares (ou agentes militarizados) foram

eleitos.

A nova legislação procederá também a uma mais rigorosa definição dos direitos inerentes ao exercício das funções de dirigentes em associações militares.

No final da reunião de Conselho de Ministros, o titular da pasta da Presidência, Guilherme d'Oliveira Martins, salientou que o essencial da proposta será trabalhado em sede parlamentar.

No caso do regime excepcional de apoio aos prisioneiros de guerra nas ex-colónias, o ministro adiantou que, no caso específico da Índia, «não cabe ao Governo excluir ou incluir ninguém» entre os beneficiários da nova legislação.

Em relação ao caso particular da Índia, o Executivo seguiu uma opção prudente, alegando ter pela frente as mais diversas situações entre os cidadãos que pretendem beneficiar das pensões.

O Conselho de Ministros aprovou ainda, na generalidade, a Lei de Programação Militar, diploma que terá de ser submetido à apreciação do Conselho Superior de Defesa Nacional.

DESTAQUE – CM

Rodovias

IP-5 SERÁ AUTO-ESTRADA

O Executivo socialista decidiu, no passado dia 30, em reunião de Conselho de Ministros avançar com a concessão da concepção, projecto, construção, regime de financiamento e exploração da obra que irão transformar em auto-estrada o IP-5, entre Aveiro e Vilar Formoso.

A concessão foi atribuída à Sociedade Lusoscut – Auto-Estadas da Beira Litoral e Alta, com recurso a um modelo de concepção e construção em *project finance*, sistema em que o Governo salienta o facto de «permitir a aceleração da obra de uma forma comportável para o erário público».

A Sociedade Lusoscut ficará, assim, responsável pela concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação dos lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados.

Por esta decisão governamental, estão abrangidos troços de auto-estrada entre Viseu e Mangualde, Mangualde e Guarda, e Guarda Vilar Formoso, bem como a ligação do nó do Itinerário Complementar 2 até Viseu e o nó de ligação a Albergaria



no Itinerário Principal 1.

Na conferência de Imprensa que se seguiu ao Conselho de Ministros, o titular da pasta da Presidência não se referiu a prazos de construção em concreto, apenas adiantando que a conclusão da obra «tem para o Governo a máxima urgência».

DEPUTADO RICARDO CASTANHEIRA

Alterações climáticas

ASSUMIR RESPONSABILIDADES



«Num futuro não muito distante, O cenário de um Portugal descaracterizado pode deixar de ser uma exagerada caricatura e transformar-se numa assustadora realidade.»

A advertência foi feita, no passado dia 28 de Março, na Assembleia da República, pelo deputado socialista Ricardo Castanheira que, sem enveredar pelo caminho do alarmismo público, lembrou alguns números negros relativos às variações de temperaturas planetárias causadas pela espécie humana.

Para o parlamentar da bancada do PS, o Homem, enquanto artífice de todas as mutações ambientais que ensombram o futuro próximo, não deve deixar de enfrentar o desafio de escala mundial que representa a prossecução de estratégias de adaptação às alterações climáticas, a definição de políticas que mitiguem as consequências destas, a aposta nos avanços tecnológicos e científicos no sector energético e o respeito pelos vários acordos e tratados internacionais sobre esta matéria.

Referindo-se ao diploma apresentado, no Parlamento, pelo GP/PS, em que se prevê a criação de um Observatório Nacional das Alterações Climáticas, Ricardo Castanheira classificou a iniciativa como ambiciosa, apesar da sua modestia aparência.

«Consideradas a luta contra a intensificação do efeito estufa e a prevenção das



consequências das alterações climáticas verdadeiras prioridades nacionais, caberá ao Observatório, ora proposto, a recolha, a análise e a difusão de toda a informação, estudos e pesquisas, em articulação próxima com outros organismos públicos, institutos, universidades e organizações não governamentais, por forma, a ficar Portugal dotado de uma estrutura capaz efectivamente de sugerir aos decisores políticos, Governo e Assembleia da República, medidas a adoptar», explicou.

Segundo o deputado socialista, «a oportunidade e importância políticas do nosso projecto de lei fundam-se na atenção crescente que, felizmente, a opinião pública nacional tem dado a esta matéria».

Assim, «não faria sentido perpetuar no tempo a, pelo menos aparente, dispersão que existe entre os inúmeros estudos universitários sobre as alterações de clima, as várias pesquisas e trabalhos técnico-científicos nesta área, os contributos valiosos de associações ambientais e a

posição política de Portugal assumida nas instâncias internacionais com base num acompanhamento feito por uma Comissão Interministerial criada em 1998», reiterou, defendendo que «concentrar todo este empenhamento nacional num só organismo significa indubitavelmente economia de tempo e de meios, racionalização de esforços, eficácia na propositura e credibilização política das medidas recomendadas».

Num apelo à mais elementar noção de responsabilidade, Ricardo Castanheira afirmou que «o legislador, hoje, ao debater este assunto e ao aprovar este projecto está a dar um passo significativo para acautelar a qualidade ambiental da vida dos filhos dos seus filhos».

«Perante os dados preocupantes a que todos temos, actualmente, acesso, a omissão legislativa, a inércia política ou o comodismo social assumiriam, dentro de alguns anos, contornos de uma herança demasiado pesada e injusta para os nossos futuros concidadãos», reiterou, sublinhando de seguida os dois significados especiais que detectou na proposta socialista.

«O primeiro é a confirmação de um elevado grau de exigência política do PS quanto à preservação do ambiente e o segundo condiz com um sentimento de não resignação com as múltiplas e positivas medidas já adoptadas pelo Governo nesta área».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO CARLOS LUÍS

Comunidades

ENCONTRO COM PORTUGUESES NA ALEMANHA



Uma visita à Associação Portuguesa Desportiva e Recreativa de Sindelfingen, Sul da Alemanha, foi um dos compromissos de Carlos Luís, deputado socialista pelo Círculo da

Europa, na deslocação que efectuou na semana passada àquele país.

O camarada Carlos Luís teve ainda um encontro de trabalho com militantes das secções locais do Partido Socialista, tendo ficado decidido reactivar a de Stuttgart, com a nomeação de militantes para promoverem a sua reorganização e eleições para os respectivos órgãos directivos.

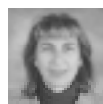
O deputado socialista integrou também a delegação Portuguesa que participou na «Missão de Informação e Contacto para empresas portuguesas e recursos qualificados na Alemanha», evento da Federação de Empresários Portugueses na Alemanha (VPU).



DEPUTADA JOVITA LADEIRA

Pescas

GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS



A deputada socialista Jovita Ladeira considerou no dia 29 de Março, na Assembleia da República, que «a situação decorrente do cancelamento das negociações do acordo de pesca entre a UE e

Marrocos exige um empenhamento, uma linguagem de verdade, de rigor e de realismo perante os factos».

Salientando que no âmbito da UE, «Portugal é um dos países em que o sector das pescas assume um significativo peso socioeconómico, devido às suas especificidades socioculturais», Jovita Ladeira sublinhou que, neste quadro, «o futuro da pesca em Portugal exige uma gestão sustentável dos recursos».

«A renovação e modernização da frota, dotando as embarcações de melhores condições de segurança, trabalho e conservação do pescado é outra das

prioridades», apontou a deputada do PS. Sublinhando que as medidas do Governo no sector das pescas «reflectem de uma forma clara e empenhada estas opções estratégicas», Jovita Ladeira fez depois um breve histórico das relações com Marrocos no domínio pesqueiro, que culminaram com o cancelamento das negociações, que, frisou, suscitam «a maior apreensão».

Neste contexto, referiu que «é necessário de uma forma concentrada pressionar a UE para que reate as negociações com Marrocos».

No entanto, frisou que caso se mantenha o impasse nas negociações, e porque se trata da «sustentabilidade económica e social» de um sector muito específico, «é necessário que toda a Assembleia da República a uma só voz faça sentir a Bruxelas a necessidade de viabilizar as medidas propostas pelo Governo português».

J. C. C. B.

VITORINO QUER REGRAS MÍNIMAS PARA CANDIDATOS A ASILO

A Comissão Europeia apreciou na passada terça-feira em Estrasburgo uma proposta de António Vitorino para harmonizar as normas mínimas na aceitação de pedidos de asilo nos Estados-membros da União Europeia.

O comissário europeu de nacionalidade portuguesa responsável pela Justiça e Assuntos Internos pretende que os Quinze tenham regras mínimas comuns na assistência dada às pessoas que peçam asilo, assim como às suas famílias, enquanto o seu caso está a ser analisado pelas autoridades competentes.

Esta é a segunda proposta da Comissão Europeia nesta área, tendo a primeira, apresentada em Setembro de 2000, delineado as normas mínimas para a concessão do estatuto de refugiado.

A actual proposta baseia-se no princípio geral de que é necessário assegurar aos candidatos a asilo «um nível de vida digno».

Prevê, por exemplo, que seja dado um «mínimo» de condições aos candidatos «conforme as tradições constitucionais dos Estados-membros da UE»:



alimentação, informação, livre circulação, alojamento, subsídio, cuidados médicos e escolarização para as crianças.

O acesso ao mercado de trabalho será permitido seis meses depois da entrada do pedido de asilo.

A proposta também prevê regras especiais para pessoas com «necessidades particulares» como crianças não acompanhadas, indivíduos torturados ou mulheres grávidas.

Por outro lado, são propostos instrumentos para impedir abusos por parte de pessoas que normalmente não deveriam beneficiar do sistema.

Os Estados-membros poderão pedir uma contribuição financeira aos candidatos a asilo que tenham meios para o fazer, contribuindo assim, entre outros, para pagar o seu alojamento e cuidados médicos.

As autoridades responsáveis de cada país poderão recusar ou devolver um pedido de asilo em certas situações como em casos em que os candidatos faltem a entrevistas previamente marcadas ou tenham um comportamento violento num centro de acolhimento.

COMISSÃO EUROPEIA QUER PONTES ENTRE O ENSINO E AS NOVAS TECNOLOGIAS

A Comissão europeia aprovou no dia 28 de Março o plano de acção «e-learning» (ensino através da Internet), uma iniciativa visando construir pontes entre a educação e as novas tecnologias, anunciou o executivo europeu.

O objectivo deste plano é «favorecer uma cooperação entre a União Europeia, o mundo da educação e da formação e o da indústria», explicou a Comissão.

«Os europeus devem estar rapidamente em condições de aproveitar as oportunidades oferecidas pelas tecnologias de informação e da comunicação para lutar contra o fracasso escolar e a exclusão, aprender em todas as etapas da vida e reduzir o défice da economia europeia em pessoal qualificado», declarou Viviane Reding, comissária europeia para a Educação.

Para Anna Diamantopoulou, comissária para o Emprego e os Assuntos Sociais, «a falta de competências ligadas às tecnologias de informação é de cerca de 1,4 milhões de empregados na UE e passará para 1,7 milhões em 2003». Segundo referiu, «é urgente intensificar os



esforços de educação e de formação adequados, uma vez que é necessário entre seis meses a um ano para formar um técnico de informática».

O plano de acção «e-Europe», adoptado em 2000 durante a presidência portuguesa da União Europeia, estabeleceu prioridades como o acesso à Internet em todas as salas de aula antes de 2002 e um rácio de 5 a 15 alunos por computador multimédia em 2004.

Internet nas escolas

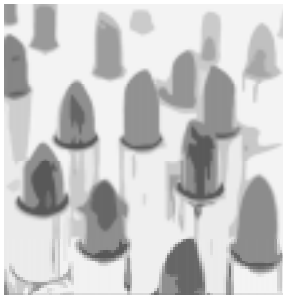
Aponta igualmente a necessidade de um esforço de formação informática a todos os níveis.

A primeira cimeira «e-Learning» sobre os parceiros privado/público, que vai reunir os Estados-membros, a Comissão Europeia, parlamentares, representantes da comunidade educativa e industriais vai realizar-se em 10 e 11 de Maio em Bruxelas. Uma campanha de sensibilização para a utilização da Internet nas escolas, o e-Schola, será organizado entre 5 e 11 de Maio, anunciou igualmente a Comissão.

PE QUER PROIBIR VENDA DE COSMÉTICOS TESTADOS EM ANIMAIS

O Parlamento Europeu (PE) quer acelerar a proibição na União Europeia de testes com animais destinados ao desenvolvimento de produtos cosméticos, bem como a comercialização de produtos criados por essa via.

Na terça-feira, primeiro dia da sessão plenária do PE, reunida em Estrasburgo, os eurodeputados manifestaram-se maioritariamente favoráveis à adopção de um relatório que pressiona a Comissão Europeia a definir uma data a partir da qual será proibido comercializar na União produtos cosméticos testados em animais. É que, apesar de a comercialização de produtos cosmético testados em animais ser proibida no espaço comunitário desde 1993, essa interdição nunca foi aplicada já que, argumenta o executivo comunitário, não existem ainda métodos alternativos suficientemente fiáveis aos testes em animais. Por outro lado, sustenta a Comissão Europeia, a concretização da proibição aos produtos experimentados em animais poderia colidir com as regras da



Organização Mundial de Comércio (OMC). Este foi, aliás, a principal justificação hoje apresentada no hemiciclo do PE pelo comissário com a tutela das Empresas e sociedade da informação, Erkki Liikanen, que relacionou os atrasos na proibição da comercialização com a necessidade de «respeitar os compromissos internacionais» assumidos pela União.

Recorrendo à fórmula «o mais cedo possível» para responder ao repto lançado pelo Parlamento Europeu, que queria ver definida uma data para a proibição, Fritz Bolkestein defendeu que «só uma acção coordenada a nível internacional» pode ser «eficaz» no combate ao uso de animais para testes de produtos cosméticos.

No documento, além de reclamarem a definição de uma data para a proibição da comercialização (cinco anos após a entrada em vigor da directiva) no espaço comunitário, até como forma de evitar que as experiências com animais em benefício das empresas europeias sejam simplesmente «deslocalizadas para o estrangeiro». «A conjugação destas duas proibições terá mais probabilidades de estimular o desenvolvimento de métodos alternativos, não só a curto prazo, mas também após a expiração da data-limite, pois a deslocalização da experimentação animal não constituiria uma opção», pode ler-se no relatório. Quanto à principal objecção invocada pelo executivo comunitário, o documento qualifica como «inaceitável» que a Comissão

ou os Estados-membros «se recusem a aplicar a legislação ou as medidas comunitárias com base numa eventual incompatibilidade com as regras da OMC». No caso de a aplicação da proibição de comercialização poder resultar num litígio no âmbito da OMC, é necessário ter em conta que cada medida deve ser avaliada com base no seu próprio mérito.

Uma questão de moral pública

«A utilização de animais em ensaios de produtos cosméticos é uma questão de moral pública e uma questão de vida ou saúde animal, constituindo ambas excepções autorizadas nos termos das regras da OMC», escreve a relatora. O Parlamento Europeu defende ainda que os métodos alternativos de experimentação que não impliquem o recurso a animais sejam financiados através do programa-quadro de investigação e inovação na Europa durante o período compreendido entre 2003 e 2006, avaliado em 17,5 milhões de euros.

CAMPOS E CASACA EXIGEM MAIOR CONTROLO SOBRE FALSIFICAÇÃO

Numa pergunta escrita dirigida à Comissão Europeia, os eurodeputados socialistas António Campos e Paulo Casaca exigiram no dia 25 um maior controlo sobre a falsificação de produtos alimentares na União Europeia.

Esta iniciativa surgiu na sequência da divulgação, na imprensa nacional, da confiscação de 25 milhões de litros de vinho pelas autoridades portuguesas, por graves suspeitas de fraude por parte de uma empresa do sector.

Entre outras questões, os dois eurodeputados socialistas pretendem saber «se a Comissão Europeia está a acompanhar este processo» e se o Executivo pode «dar garantias de que a empresa em causa não beneficiará de subvenções comunitárias enquanto perdurarem estas graves suspeitas ou, eventualmente, depois de as mesmas estarem confirmadas».

Solidariedade com Moçambique

O eurodeputado socialista Luís Marinho, numa intervenção no PE, sobre uma proposta de resolução comum sobre as inundações em Moçambique, referiu que



as iniciativas tomadas em prol desta resolução tiveram já «efeitos positivos», ou seja, uma resolução comum que afirma «a vontade política solidária do PE» e «um apoio financeiro já prometido por parte da Comissão.

«Infelizmente, disse, mais uma vez estamos a falar de uma catástrofe que já é recorrente na jovem democracia de Moçambique».

«Após uma guerra civil que dizimou uma considerável parte da população, e lançou o país na mais dura miséria, assistimos agora, impotentes, às vicissitudes da natureza que insistem em sacrificar este povo», afirmou, acrescentando que «o país



encontra-se a braços com uma situação preocupante».

«O rio Zambeze tem o caudal estacionário, mas o cenário poderá alterar-se a qualquer momento, devido aos níveis de precipitação registados ou previstos. A barragem de Cahora Bassa caminha para o ponto de saturação máximo, e as descargas poderão originar o agravamento da situação», disse.

Segundo sublinhou, «a manutenção do limiar mínimo de sobrevivência exige medidas urgentes, tanto ao nível da ajuda alimentar, como de abrigos, meios de salvamento e de reconstrução».

Sustentou que «o fornecimento de medicamentos e o envio de técnicos de saúde é de extrema importância, pois já foram diagnosticados os primeiros sintomas de epidemias como a malária e diarreias entre a população».

Contudo, frisou, «para fazer face às necessidades primárias das populações, surgem dificuldades de vários ordens pois as pontes e as linhas de caminho-de-ferro estão submersas. É preciso recorrer a helicópteros e os meios de intervenção de que Moçambique dispõe, não são de forma alguma suficientes».

Neste contexto, considerou que «a União Europeia, e em especial da Comissão, tem um papel de grande importância na adopção de programas de ajuda humanitária, o que é aliás, um traço determinante na política de acção externa da União Europeia».

«Os dois milhões de euros disponibilizados são um bom indicio do espírito cooperante da Comissão, mas claramente insuficiente para colmatar as carências e dificuldades que o país enfrenta», disse.

A nossa resolução, adiantou, «pede mais que isso. Pedimos à Comissão e ao Conselho que a interpretem no sentido mais global e solidário possível».

SECRETÁRIO DE ESTADO APOSTA NO CONSELHO DAS COMUNIDADES

O secretário de Estado das Comunidades, João Rui de Almeida, realçou a importância do Conselho das Comunidades como órgão de aconselhamento do Governo.

Numa entrevista à Agência Lusa, a primeira desde que foi empossado há três meses, João Rui de Almeida definiu-se como «naturalmente reservado e prudente», privilegiando o contacto «próximo e permanente» com as pessoas e instituições, e que pretende manter um «dinamismo comparável» ao seu antecessor na resolução dos problemas.

«Quero reafirmar que a minha prioridade é dar ao Conselho das Comunidades as condições necessárias para um pleno funcionamento», sublinhou.

Outro vector que afirmou ser importante na sua acção à frente da Secretaria de Estado das Comunidades tem a ver com a continuação da integração social, cívica e política dos portugueses nas sociedades de acolhimento.

Recordou, a propósito, que as linhas de orientação política geral do seu departamento vão precisamente no sentido da valorização cultural, académica e profissional, a par do estímulo para uma intervenção política e pública cada vez maior.

O contacto «próximo e permanente» com as pessoas e estruturas consulares e associativas que pretende manter levaram-no já à África do Sul, França e Suíça, países onde encontrou comunidades diferentes com problemas diferentes.

«Na África do Sul a preocupação dominante é a insegurança das pessoas e o alto grau de criminalidade, na França são



as questões relacionadas com o ensino da nossa língua e as reformas dos cidadãos e na Suíça assumem especial relevância as questões relacionadas com as crianças portuguesas colocadas em escolas especiais» e aspectos de integração, referiu.

A resolução desses problemas passa, segundo João Rui de Almeida, também pelas próprias comunidades, referindo a África do Sul como um caso exemplar dessa participação.

Do lado do Governo, acrescentou, será feito um grande esforço de apoio, mas tendo sempre presente de que existe o princípio da não ingerência nos assuntos internos de Estados soberanos.

O secretário de Estado das Comunidades negou que estivesse contra o alargamento do direito de voto dos emigrantes às eleições presidenciais, referindo que votou favoravelmente tanto a revisão

constitucional como a lei orgânica que, em Julho do ano passado, alterou o regime da eleição do Presidente da República.

A abstenção verificada junto dos emigrantes vai ser combatida com os meios ao alcance da Secretaria de Estado, afirmou, prometendo tudo fazer para persuadir os portugueses residentes no estrangeiro para que votem «em todas as eleições a que tenham direito, cá ou nos países onde residem».

«Mas esse é também um problema de consciência e de participação cívica: os direitos estão garantidos, compete a cada um fazer deles o uso que entender e assumir as responsabilidades cívicas da participação ou da abstenção», acrescentou. No que se refere à questão do ensino do Português, outra das queixas frequentes dos portugueses não-residentes, não sendo da competência directa da Secretaria de Estado mas sim do

Ministério da Educação, João Rui de Almeida defende que se deve persistir na via da integração do português nos currículos oficiais dos países de acolhimento.

É, no seu entender, a via de trabalho mais desejável, de modo a evitar que os estudantes portugueses tenham de abdicar de outras actividades, nomeadamente sociais, desportivas e culturais.

«Só que cada país tem a sua política educativa e isso será mais fácil em certos países do que em outros», acrescentou. João Rui de Almeida considera injusto que se diga que o ensino do português é dos aspectos menos positivos da política do Governo relativamente às comunidades.

«O Governo português tem disponibilizado cada vez mais meios para o ensino do português e temos em Timor um exemplo eloquente de um esforço titânico, contra a enorme pressão dos anglo-saxónicos e dos indonésios, para apoiar a escolha do CNRT (Conselho Nacional da Resistência Timorense) de ter a nossa língua como língua oficial do futuro Estado», disse.

Revelou ter já contactado o Conselho de Administração da TAP para lhe dar conhecimento das suas preocupações sobre abandonos de linhas que afectam os portugueses residentes no estrangeiro, mas admite que a actual situação económica da empresa possa colidir com uma política preferencial para as comunidades portuguesas.

João Rui de Almeida disse ainda ter «muita honra» em suceder a José Lello, que «fez um trabalho notável em prol das Comunidades, pelo que foi muito justamente convidado para ser ministro da Juventude e do Desporto».

SAMPAIO CONTRA A MANIPULAÇÃO DAS EMOÇÕES NOS «MEDIA»

O Presidente da República alertou para a contradição existente nos «media» entre a tentação de «manipular as emoções até ao limite do insuportável» e a exigência, pelos jornalistas, de uma cultura de liberdade e tolerância.

Jorge Sampaio intervinha num «Sermão sobre a Política» realizado no dia 27, na Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, em Lisboa, onde enfatizou ter «o direito de ser respeitado e o dever de aceitar a crítica».

«A democracia é o regime da razão. Talvez por isso seja cada vez mais difícil desenvolver uma cultura de liberdade e de tolerância em competição com a tentação

permanente de manipular as emoções até ao limite do insuportável», afirmou o Presidente da República.

«E, todavia, são os jornalistas os primeiros a querer e a exigir que essa cultura de liberdade e de tolerância exista e se aprofunde», registou Jorge Sampaio.

«É preciso encarar esta contradição», acrescentou o Chefe de Estado, numa alusão à polémica suscitada pelo tipo de cobertura das televisões, rádios e jornais da tragédia em Castelo de Paiva.

Além da Comunicação Social, Jorge Sampaio destacou no seu sermão dois outros aspectos relevantes do regime democrático: a participação política e as instituições representativas.

No primeiro caso, o Chefe de Estado frisou a necessidade de garantir maior transparência no financiamento dos partidos políticos, uma mudança nos seus modos de funcionamento que favoreça a participação dos cidadãos, a actualização dos seus programas e estratégias.

Quanto às instituições representativas, Jorge Sampaio dissertou em particular sobre a importância da Assembleia da República (AR) e a necessidade de lhe conferir mecanismos reforçados de controlo político em matérias sensíveis como as da segurança e defesa ou nas políticas económicas e monetárias.

A «prática efectiva de prestação regular de contas do Governo» perante o Parlamento

foi outro dos dois pontos que Jorge Sampaio considerou «essenciais para garantir a continuidade estável do Estado democrático».

O Chefe de Estado assinalou ainda que «não se pode acusar a Assembleia da República de uma coisa e do seu contrário».

«Até há pouco tempo, dizia-se (da AR) que não tinha iniciativa, nem inovação, nem antecipação, nem arrojo, que não era capaz de captar os grandes temas do futuro. Agora, começaram a aparecer vozes a dizer que as suas preocupações estão desfasadas das preocupações dominantes dos portugueses», observou Jorge Sampaio.

PACTO CONTRA DESERTIFICAÇÃO URBANA

O parque habitacional antigo tem mais uma oportunidade de renovar-se através de medidas de apoio aos proprietários visando a recuperação de edifícios degradados, apresentadas sob a forma de um «pacto» resultante do trabalho do Estado e de parceiros.

A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, disse, no dia 1, em Lisboa, que o objectivo é «combater a desertificação dos centros urbanos, conservando os edifícios, arrendados ou não para fins habitacionais».

Como a falta de meios financeiros, principalmente com o pretexto das rendas baixas, é o argumento sempre avançado pelos proprietários para a falta de obras, o Governo decidiu avançar nessa frente.

Decisão concretizada apesar de «o pretexto das rendas baixas não ser sempre verdadeiro» como justificação para o abandono dos prédios, como pode ver-se pelo facto de «muitas das derrocadas, a que se assiste, por exemplo em Lisboa, respeitarem a edifícios vazios», referiu Leonor Coutinho.

O «Pacto para a Modernização do Património Habitacional», apresentado, no dia 2, é um conjunto de leis e disposições já aprovadas e resultou de um processo de análise, iniciado em 1996, dos apoios existentes no sector, da situação resultante e das suas falhas.

Entre as ajudas aos proprietários, que correspondem a alterações aos programas existentes ou à introdução de novas vertentes, conta-se a redução do IVA de 17 para 5 por cento para as obras de



recuperação, com excepção dos materiais, num prazo de três anos, proposta negociada, com dificuldade, com a União Europeia.

«Para tudo o que tem um cariz social foi fácil conseguir aquelas vantagens, mas quando se trata de famílias com rendimentos médios, é mais complicado justificar. Por isso, é um benefício que é limitado a três anos», explicou a secretária de Estado.

Por outro lado, as regras em vigor para o crédito à habitação são alargadas às obras nas casas propriedade do morador no que

respeita a bonificações, dependendo do rendimento da família, e à isenção de IRS.

«Ao contrário do que pode pensar, «80 por cento dos proprietários têm a sua casa já paga», podendo recorrer ao crédito bancário para financiar as obras.

Nos casos em que os proprietários são muito pobres e o banco não empresta, o Estado responsabiliza-se pelo financiamento, num montante até 2.400 contos (três mil contos para casos especiais), sem pagamento de juros e cujas amortizações são pagas em função do seu rendimento, num prazo que pode ir até 30 anos. Para garantia do Estado fica a hipoteca da casa.

hipoteca da casa.

Salvaguardar a rentabilidade

No caso das casas arrendadas, das quais, segundo Leonor Coutinho, 50 por cento já têm rendas actualizadas, as medidas são outras.

Assim, os seus proprietários têm acesso a uma parte do investimento necessário para a recuperação do edifício, a fundo perdido.

«O montante a fundo perdido é equivalente à diferença entre o valor das obras e o aumento de rendimento decorrente do

investimento, a favor do proprietário, durante 56 meses. Está sempre salvaguardada a sua rentabilidade», salientou a governante.

«Aliás, há sempre a garantia de viabilidade económico-financeira para os projectos de recuperação deste âmbito», disse, acrescentando que os proprietários podem recorrer a crédito através do Estado, tendo garantida uma taxa de oito por cento.

Os pequenos proprietários cujos edifícios estão muito degradados e não têm licença de habitação podem ter um empréstimo, sem juros, durante oito anos, num montante até 2400 contos por fogo, «independentemente dos rendimentos apresentados pelos donos do imóvel».

Para estes casos, a contrapartida exigida é a colocação daqueles fogos no mercado de arrendamento, a preços controlados, durante oito anos, tendo garantida uma rentabilidade de oito por cento.

«É um incentivo que o Estado dá à entrada de fogos no mercado de arrendamento», explicou Leonor Coutinho.

Os proprietários são obrigados por lei (de 1951) a conservar os seus edifícios e a realizar obras de oito em oito anos.

As Câmaras Municipais devem fiscalizar o cumprimento desta regra e substituir os proprietários, se estes não o fizerem. Os últimos números contabilizam um parque habitacional nacional composto por cinco milhões de fogos, dos quais cerca de 400 mil fogos degradados, ou seja, cerca de oito por cento.

Por outro lado, cerca de 70 por cento do parque habitacional nacional é habitado pelos seus proprietários.

APROVADAS MUDANÇAS NA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

A Assembleia da República aprovou quinta-feira a Lei da Reforma da Justiça Tributária, com os votos favoráveis do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) e do Bloco de Esquerda e a abstenção das restantes bancadas.

Desta lei decorrem implicações para as infracções tributárias e as garantias dos contribuintes.

Nas primeiras, a maior facilidade na regularização das situações menos graves vai de par com uma maior severidade para as situações «verdadeiramente» graves.

As situações «verdadeiramente» graves respeitam à criação de um tipo de crime de burla tributária, por exemplo, que abranja a utilização de facturas falsas para reembolsos indevidos de imposto sobre valor acrescentado.

Os casos mais graves de fraude fiscal e

de abuso de confiança fiscal serão tratados com maior severidade.

Já sob a designação de situações menos graves incluem-se crimes punidos com pena de prisão até três anos, possibilidade de dispensa de pena se o dolo não for intenso ou se a situação estiver regularizada e não houver problemas de reincidência.

Ainda nas infracções, o regime dos crimes e das contra-ordenações de todo o universo tributário, aduaneiro e não-aduaneiro, bem como dos crimes da segurança social, passam a constar de um único diploma. Ou seja, é criado o que se pode considerar um código penal tributário.

Por fim, em termos de articulação entre o Ministério Público e a administração fiscal, aquele passa a tutelar os inquéritos em matéria criminal, desde que exista notícia de que pode ter sido praticado um crime.

Os órgãos da administração fiscal e da brigada fiscal funcionarão como órgãos auxiliares de polícia criminal.

Também as garantias dos contribuintes são alteradas com a aprovação da lei. Assim, a organização administrativa dos tribunais judiciais passará para a tutela do Ministério da Justiça, em termos a definir por decreto-lei até ao fim do ano 2001.

Por outro lado, após uma inspecção, a administração tem seis meses para liquidar o imposto que entenda que está em falta, sob pena de caducidade.

A administração tem ainda um ano para proferir uma decisão, nas reclamações gratuitas.

Se não o fizer, o Estado perde a caução ou garantia bancária que o contribuinte tenha prestado para evitar o prosseguimento da execução fiscal e terá de o indemnizar

pelos encargos que, entretanto, suportou. O Estado sofre a mesma penalização se os tribunais tributários não decidirem os processos tributários em dois anos.

Outras consequências para as garantias dos contribuintes das alterações aprovadas no passado dia 29 de Março são as de as vendas, nas execuções fiscais, deixarem de ser feitas em hasta pública – passam a ser obrigatoriamente através de propostas em carta fechada – e serem interditas a entidades sedeadas em territórios que não permitam identificar o titular efectivo.

A simplificação processual e a possibilidade de contribuintes poderem desistir dos processos pendentes na primeira instância há mais de três anos, sem pagamento de custas são outras possibilidades novas relativas às garantias dos contribuintes.



Abrantes

Novo parque desportivo

As obras de construção do novo parque desportivo de Abrantes seguem a bom ritmo.

A empreitada respeitante ao edifício de apoio e bancadas está em fase final de execução e a referente ao campo de futebol nº 1 e pista de atletismo, que significa um investimento de cerca de 115.000 contos, entrou na recta final.



Entretanto, o dia 28 de Março marcou o início dos trabalhos de colocação de relva no campo principal do estádio.

Recorde-se que o parque desportivo de Abrantes contempla ainda a construção de outras infra-estruturas, nomeadamente um complexo de piscinas, um pavilhão desportivo e diversos campos de ténis.

Cascais

Cicloturismo junta 600 jovens

A Câmara Municipal de Cascais vai realizar um passeio de cicloturismo, que contará com a participação de mais de 600 alunos das escolas do concelho.



Esta iniciativa, que terá lugar no próximo dia 19 de Maio, insere-se no programa «Jogos Desportivos Escolares» da autarquia de Cascais e pretende sensibilizar os jovens para a prática do desporto e o contacto com o meio ambiente.

Fafe

Protocolos com as juntas de freguesia

A Câmara Municipal de Fafe aprovou a celebração de protocolos com as juntas de freguesia de Serafão e de Moreira de Rei.



Os protocolos têm como objectivo assegurar a gestão e garantir a limpeza e boa manutenção das respectivas praias fluviais, sendo válidos por um ano, sucessivamente renováveis.

Faro

Executivo delibera sobre a ponte da praia de Faro

O Executivo da Câmara de Faro deliberou, na sequência de um relatório elaborado pelo LNEC, tomar diversas medidas de carácter preventivo que deverão ser consideradas durante o período que antecede a construção de uma nova ponte de acesso à praia de Faro.



O relatório do LNEC, que foi elaborado na sequência de um pedido feito pela autarquia a 2 de Fevereiro, aponta para a existência de problemas estruturais e de conservação na ponte da praia de Faro. A deliberação camarária vai de encontro às sugestões do próprio LNEC ao solicitar à GNR o acompanhamento do tráfego na ponte, de forma a garantir que esta infra-estrutura não é transposta por veículos com peso superior a 3,5 toneladas e que

os veículos ligeiros não possam efectuar paragens no tabuleiro.

Para além desta medida, o Executivo da autarquia decidiu ainda solicitar ao LNEC um relatório mais aprofundado sobre a situação da ponte que deverá apontar igualmente medidas a ser tomadas de imediato para a manutenção da estrutura actual até à construção de uma nova ponte.

Recorde-se que na sequência imediata da recepção do relatório do LNEC a autarquia mandou elaborar um caderno de encargos com vista à construção de uma nova ponte no local.

Montijo

Seminário «Conhecer para evoluir»

No passado dia 2 de Abril, terça-feira, realizou-se no auditório da Câmara Municipal do Montijo, o seminário «Conhecer para evoluir», uma iniciativa da autarquia local e da ARESP – Associação da Restauração e Similares de Portugal.



O seminário iniciou-se com a assinatura de um protocolo de cooperação entre as duas entidades.

O protocolo tem como objectivo a dignificação da actividade do sector da restauração e bebidas no município do Montijo, promovendo a sua qualidade.

Loulé

Autarquia apresenta candidatura para criação da Polícia Municipal

A Câmara Municipal de Loulé apresentou junto do Ministério da Administração Interna uma candidatura para a constituição da Polícia Municipal do concelho.

O principal objectivo da autarquia é criar um corpo de polícia que zele pela segurança dos cidadãos, sobretudo junto das escolas, e assegure o cumprimento da legalidade, nomeadamente no que concerne às normas de estacionamento e circulação rodoviária e fiscalização de mercados, feiras e estabelecimentos comerciais e vigilância de espaços públicos.

Controlo da água no concelho

A Câmara Municipal de Loulé vai levar a cabo análises de controlo da qualidade da água para consumo humano e das piscinas de uso público, em todo o concelho.

Penha de França

Apoio 65

A Junta de Freguesia da Penha de França está a colaborar com o programa «Apoio 65 – idosos em segurança», uma iniciativa do Ministério da Administração Interna.

Trata-se de um programa que tem como objectivos centrais garantir as condições de segurança e a tranquilidade das pessoas idosas, promover o conhecimento do trabalho da PSP junto deste estrato populacional e ajudar a prevenir e evitar situações de risco, através do reforço de policiamento dos locais públicos mais frequentados por idosos, colaboração com entidades que prestam apoio à 3ª idade, criação de uma rede de contactos directos e imediatos entre os idosos e a PSP, em caso de necessidade, e instalação de telefones nas residências das pessoas que vivem mais isoladas e com menores defesas.

O programa «Apoio 65 – idosos em segurança» é assegurado por equipas de agentes policiais que estão especialmente preparados para dar apoio e conselhos úteis aos mais velhos, de forma a criar as condições de segurança a que têm direito onde quer que se encontrem.

II Open Internacional de Subuteo

Vai decorrer nos dias 7 e 8 de Abril o II Open Internacional da Penha de França de Futebol de Mesa (Subuteo). Esta competição vai ter lugar no Espaço Multiusos da Junta de Freguesia da Penha de França.

Vila Real de S. António

Imprensa espanhola distingue autarquia



A Assembleia Geral da AOPD, organização de jornalistas desportivos da província de Huelva, Espanha, aprovou por unanimidade a atribuição de uma menção especial à Câmara Municipal de Vila Real de S. António.

A distinção é o reconhecimento da Comunicação Social do Sul de Espanha pelo trabalho efectuado em Vila Real de S. António com vista à promoção da prática desportiva e do turismo desportivo.

COMISSÃO PERMANENTE **Reforma fiscal**

EM DEFESA DO GOVERNO

O PS, pela voz do camarada Fausto Correia, saiu em defesa da reforma fiscal do Governo, salientando medidas como os benefícios em sede de IRC para as empresas que se instalem no interior e a revisão da tributação do património urbano. No final da Comissão Permanente do PS, o camarada Fausto Correia leu uma declaração política que desenvolvia aspectos relacionados com as alegadas vantagens resultantes da aplicação da reforma fiscal em termos de justiça social, produtividade e competitividade das empresas nacionais. Na conferência de Imprensa que se seguiu à Comissão Permanente do PS, o camarada Fausto Correia salientou que os novos incentivos fiscais para a instalação de empresas no interior do País irão abranger 172 concelhos do país, cerca de 25 por cento da população portuguesa. De acordo com o secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro, as pequenas e as micro empresas irão beneficiar de uma redução de 32 para 25 por cento em sede de IRC, podendo a descida chegar aos 15 por cento (nos primeiros cinco anos de actividade) nos casos em que o volume de



facturação das unidades produtivas não atingir os 30 mil contos anuais. Num momento em que o euro será a moeda comum que circulará em Portugal e Espanha já em 2002, o dirigente socialista fez também questão de salientar que os ganhos de competitividade das empresas nacionais serão da ordem dos 10 por cento ao nível do IRC. Fausto Correia destacou ainda benefícios no que respeita às contribuições das empresas para a Segurança Social e a isenção de sisa.

Interrogado sobre o teor da intervenção do Presidente da República, em matéria de reforma fiscal, o dirigente socialista disse que se recusaria a comentá-la «por uma questão de respeito e de compreensão da natureza independente» inerente ao exercício das funções de chefe de Estado. «Apenas sublinho que o Presidente da República pediu a todos os que são contra a reforma fiscal para que justifiquem os motivos por que se encontram em oposição» a essa medida do Governo, acrescentou Fausto Correia.

Novos prazos

Fausto Correia, também presidente da Comissão Organizadora do Congresso do PS (que decorrerá entre 4 e 6 de Maio em Lisboa), referiu que o prazo para a entrega das listas de delegados terminará no período entre 16 e 18 de Abril, consoante os casos em que o respectivo acto eleitoral se realize a 20, 21 ou 22 desse mesmo mês. O prazo para a entrega de moções sectoriais encerrar-se-á a 24 de Abril, tendo já sido recebidos pela COC 12 documentos, além de três de carácter global.

Pacto de justiça social

Em suma, a Comissão Permanente do PS concluiu que a reforma fiscal «representa um pacto de justiça social», desagrava os impostos dos trabalhadores por conta de outrem, que suportavam 90 por cento da carga fiscal, permitindo simultaneamente melhorias ao nível da competitividade e da produtividade das empresas.

BAIXA DA BANHEIRA **Boletim informativo**

Saiu o nº 4 do boletim informativo da Secção da Baixa da Banheira do PS. Trata-se de uma publicação repleta de notícias sobre a actividade desta estrutura, bem como de assuntos de interesse local e nacional, como, por exemplo, a reeleição do camarada Jorge Sampaio para a Presidência da República. «O trabalho realizado pelo PS nos últimos dois anos marca o início de uma nova fase na vida política da Freguesia da Baixa da Banheira e do Concelho da Moita», refere o camarada Daniel Justo, coordenador da Secção.



neste domínio, aproximando-as das concepções europeias», explica a JS, acrescentando que «este organismo deverá promover um estudo sustentado, com profundidade científica, das alterações climáticas e dos seus efeitos em Portugal Continental e Regiões Autónomas, sendo capaz de orientar os decisores políticos na definição das medidas a implementar».

MADEIRA **PS quer inquérito**

O PS-Madeira pondera a hipótese de pedir ao Ministério Público que apure eventuais responsabilidades nas consequências do temporal que fustigou a Madeira no princípio do mês de Março, que provocou a morte de seis pessoas. As vítimas são duas mulheres madeirenses e quatro turistas estrangeiros, além de cerca de centena e meia de desalojados no Curral das Freiras. O líder do PS-M, José António Cardoso, fez esta revelação após ter visitado os locais sinistrados, nomeadamente São Vicente, Curral das Freiras e Ribeira Brava. «Nós vamos considerar essa hipótese», disse, tendo acrescentado que o Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Regional vai solicitar um pedido de inquérito parlamentar. Esta posição do PS-M deve-se, segundo José António Cardoso, ao facto dos socialistas acharem que «São Pedro não é culpado disto». Os ambientalistas madeirenses e os partidos da oposição apontam como causa dos estragos causados pelo temporal os entulhos deixados junto das vias de água provenientes das obras públicas, nomeadamente vias de circulação viária, facto negado pelo Governo Regional.

JS **Comunicado do Secretariado Nacional**

O Secretariado Nacional da JS, num comunicado, refere que «encara o aquecimento global do planeta como um sério, talvez o mais sério problema ambiental deste milénio». «Portugal, pela sua localização e caracterização geográfica, está mais sujeito aos riscos inerentes ao aumento da temperatura média do planeta e da consequente subida do nível do mar, como sejam as inundações, destruição das zonas ribeirinhas», frisa a JS no comunicado, concluindo que «não é suficiente cumprir os compromissos internacionais que Portugal se encontra vinculado nesta matéria, assumidos em Quioto e que constam da agenda de Buenos Aires». «É necessário – adianta a JS – outro esforço onde devam colaborar os mais diversos agentes, científicos, universitários e técnicos que actuam a este nível». Neste contexto, a JS considera que «a elaboração de uma estratégia nacional para fazer face às consequências das alterações climáticas deve ser institucionalmente concentrada na Assembleia da República, pelo que decidiu apresentar o projecto-delei sobre a criação de um Observatório nacional dos efeitos das alterações climáticas». O diploma apresentado pela JS foi discutido no dia 28 de Março no hemiciclo de São Bento.

Observatório Nacional

«O Observatório Nacional promoverá a coordenação das opções políticas nacionais

VILA REAL DE S. ANTÓNIO **Núcleo da JS**

Realizou-se no passado dia 10 de Março o jantar comemorativo do 1º aniversário da reabertura do núcleo da JS de Vila Real de Santo António, que contou com a presença, para além dos militantes desta estrutura juvenil, de dirigentes do PS a nível local. Ricardo Cipriano, secretário-coordenador da JS de Vila Real de S. António, referiu que, após 10 anos de inactividade, «a JS local está viva, fruto do excelente trabalho realizado pelo Secretariado».

ENSINO

Augusto Santos Silva

AVALIAÇÃO PARA A QUALIDADE



Com a apresentação dos resultados da primeira etapa da Avaliação Integrada das Escolas Básicas e Secundárias concluiu-se o processo de montagem de sistemas de avaliação para o ensino superior e não superior.

Estes dois sistemas diferentes obedecem a uma filosofia comum, que pode ser sintetizada em cinco afirmações fundamentais. O objectivo principal da avaliação é a promoção da qualidade. Por isso, o processo envolve a auto-avaliação das escolas e cursos e a observação e apreciação externa de equipas técnicas, designadas pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior ou constituídas, no caso do básico e secundário, pela Inspeção-Geral da Educação. Os resultados da avaliação destinam-se sobretudo a informar as escolas, destacando pontos fracos e fortes do desempenho e propondo recomendações, numa lógica de formação e qualificação dos seus projectos e estratégias. Mas as escolas não podem ser reduzidas às direcções ou professores: quer na condução da avaliação quer no trabalho sobre os resultados, participam também, de acordo com a pertinência de cada caso, estudantes, famílias e outros parceiros. Mais importante do que a elaboração e a publicação do relatório da



avaliação é a consequência prática que a escola confere às suas conclusões, para a construção de um sistema próprio de promoção e garantia da qualidade de desempenho.

O primeiro ciclo de avaliações de cursos universitários públicos concluiu-se com a apreciação de 376 cursos e uma avaliação de instituições politécnicas e de instituições particulares. No segundo ciclo, que decorre, realiza-se o princípio de mesmos guiões e mesmas comissões para os mesmos cursos, independentemente da natureza jurídica dos estabelecimentos: em 2001, o processo envolverá, entre avaliações internas e externas, praticamente 300 cursos.

Os relatórios são públicos e contêm informação preciosa, não só para as instituições como para todos os que desejem conhecê-las para formar escolhas. (Para, por exemplo, alguém que se quer candidatar a uma licenciatura de Química, muito mais interessante do que qualquer «ranking» de universidades é a apreciação comparada, feita por peritos, dos vários cursos existentes).

No que toca às escolas básicas e secundárias, só terminou a primeira etapa de avaliação, que abrangeu 329 escolas. É um número ainda muito pequeno. O objectivo é conseguir realizar um ciclo completo de avaliação (todas as escolas secundárias e as escolas ou agrupamentos da educação básica) em seis anos, fazendo reavaliações no 2º e 3º ciclo e secundário cada quatro anos. Os resultados nacionais agora apresentados carecem de leitura prudente.

Cada escola avaliada recebeu o relatório respectivo, com apreciação do seu desempenho, identificação de pontos fortes e fracos e recomendações. Essa informação é pública: a escola dispõe de vários exemplares para, no âmbito da sua autonomia e da cooperação entre os vários parceiros que a formam (professores, alunos, pais, representantes de autarquias e interesses locais), utilizá-los como instrumentos de conhecimento e apoio ao

seu desenvolvimento. Os resultados nacionais são publicados anualmente pelo Ministério. As escolas com melhor desempenho serão objecto de um estudo adicional, que porá em relevo as condições e os factores de excelência, numa lógica de construção de modelos de referência e disseminação de boas práticas.

Esclareço, pois, os leitores de que o Ministério não oculta informação relevante. Pelo contrário, pela primeira vez em Portugal, montámos um sistema de avaliação regular de todos os níveis de educação (que inclui também provas de aferição e exames nacionais). O Ministério recusa-se, isso sim, a fazer três coisas. Recusa-se a aceitar que o desempenho das escolas possa ser reduzido a uma escala unidimensional: a sua vida é rica e diversificada. Recusa-se a elaborar um «ranking» oficial de escolas: a sua missão não é ordenar escolas, é regular o sistema e contribuir para o melhor desempenho possível de cada escola. Recusa-se a subscrever o pressuposto de que a competição é o único caminho para estimular a qualificação, porque subscreve a ideia, bem diferente, de que o caminho certo é a aproximação sustentada das escolas a padrões de qualidade e a modelos de referência que podem conhecer e praticar.

In-Expresso

PERSPECTIVA

Edite Estrela

DEVERÁ O ESTADO CRIAR RIQUEZA?



Desde que chegou à Casa Branca, o senhor George W. Bush não pára de nos surpreender. Não é que o seu estilo de governar o Texas e a sua prestação durante e após a campanha eleitoral não fizessem prever o pior. Mas há sempre aquela réstia de esperança de que a função, ainda que não faça o homem, o possa pelo menos condicionar. E há marcas do «sonho americano» com que nos familiarizaram e as influências da leitura de Walt Whitman ou da ficção de Elia Kazan.

Desta vez, o todo-poderoso Presidente da América veio dizer «urbi et orbi» duas coisas muito «interessantes»: que o Estado não deve criar riqueza; e que o Estado só deve proporcionar ambiente para que outros criem riqueza. E estes «outros» podem ser todos, com exclusão do sector público. As palavras podem não ter sido precisamente estas (estou a citar de cor), mas a ideia é mesmo esta: o Estado não deve exercer um papel regulador nem deve ter a preocupação de combater as injustiças ou corrigir as injustiças ou corrigir as assimetrias, sejam elas sociais, económicas ou culturais.

As surpreendentes declarações surgem a propósito do «superavit» orçamental legado pela Administração Clinton. Uma boa herança, coisa rara nos tempos que correm, em que a tendência é mais para défices de diferentes tamanhos e gostos. Em vez de dívidas, hipotecas e rupturas de tesouraria, G. W. Bush recebeu de bandeja mais dinheiro do que o necessário para as despesas previstas. E quando os democratas defendiam que o excedente deveria ser canalizado para programas sociais de apoio aos mais carenciados, os republicanos reagiram que não senhor, que o dinheiro veio dos contribuintes e a eles deverá voltar. Devolver o dinheiro a quem o pagou, foi pois a palavra de ordem dos apoiantes do Presidente. O que à primeira vista pode parecer adequado e mesmo justo, resulta todavia em favorecimento dos que menos necessitam... quem paga mais impostos é quem mais rendimentos tem, logo quem vive melhor. A devolução pura e simples representa uma total demissão do Estado em relação às questões sociais. Os impostos nas sociedades democráticas podem ajudar a redistribuir benefícios e custos segundo critérios de equilíbrio social.

Estamos perante duas concepções opostas da função do Estado. Duas filosofias diferentes, uma defendida pelos democratas, que atribui à administração responsabilidades de natureza social. A outra, teorizada por Bush e aprovada pelo republicanos, que lhe retira tais competências.

Não se trata de contrapor o Estado-Providência (hoje necessariamente diferente do que era há décadas) ao capitalismo selvagem, mas de partilhar preocupações de equidade e justiça social, de respeitar os direitos de cidadania e prestar um serviço público. E também não se trata de concorrer com a iniciativa privada ou de travar capacidades e protagonismos da sociedade civil. Seguramente que nenhum adepto europeu do liberalismo subscreveria de ânimo leve a tese do Presidente americano.

A União Europeia tem como objectivo a construção de uma Europa de «inclusão» social e da solidariedade. O que pode explicar que a insegurança, as manchas de pobreza e de exclusão social adquiriram uma dimensão mais dramática na América que na Europa.

O liberalismo económico conduz à destruição da coesão social. Para contrariar a tendência, no tempo de Clinton e por influência de Hillary, foram desenvolvidos programas de combate à pobreza. Com Bush, lamentavelmente, já se percebeu que a política é outra.

Nos últimos tempos, entre nós, ouvimos comparar o Estado a um «monstro» disforme e insaciável. A metáfora visa apresentar o Governo como excessivamente gastador e, portanto, conduzir à conclusão de que o aumento da despesa pública se deve a desperdício e má gestão. Esquecem-se os defensores da ideologia liberal, eventuais admiradores do modelo americano, de que se queremos mais polícias, mais médicos, mais enfermeiros, mais professores, e também mais meios de diagnóstico, mais garantias ao consumidor e mais emprego, é inevitável o aumento da despesa. Embora estes custos entrem nas contas do financiamento da administração pública, representam investimento no futuro e redução dos problemas sociais.

Não valerá a pena o Estado criar riqueza?
In-Expresso

ACTUALIDADE

Mário Soares

AS ELEIÇÕES FRANCESAS



As eleições municipais francesas de domingo passado foram as primeiras de uma série de eleições que se irão realizar até ao fim do corrente ano, em vários países da União Europeia - Inglaterra, Itália e também Portugal, entre outros. Os «media», muito justamente, procuram perscrutar as tendências dos respectivos eleitorais para daí concluir se o poder rosa, dominante em 13 dos 15 países da União, se irá manter ou, pelo contrário, dará lugar à inevitável - e salutar - alternância democrática. A prazo, claro...

Obviamente que as diferenças políticas entre os diversos Governos e partidos europeus são suficientemente marcadas para ser difícil tirar conclusões, de âmbito geral, aplicáveis ao universo rosa. Entre a «esquerda plural» de Lionel Jospin, a moderadíssima «terceira via» de Tony Blair, a social-democracia alemã do chanceler Schroeder ou a amálgama da «Olivera», à italiana, há concepções e práticas de acção claramente divergentes, que correspondem também, de algum modo, a tradições e condicionamentos sociais e nacionais muito diversos. Não obstante, pertencem à mesma família política e os líderes, por sua vontade expressa, são todos vice-presidentes da Internacional Socialista. Terá isso ainda hoje algum significado quanto às regras de conduta política? Implicará esse facto alguma diferenciação específica - relativamente às famílias PP ou liberal - quanto ao projecto da construção europeia?

Não sou capaz de responder, por forma clara, a estas duas questões. Tenho grandes dúvidas. O que, por si só, é revelador das ambiguidades da política europeia, neste começo de século, e do mimetismo que caracteriza a prática política de socialistas e conservadores, dominados igualmente pelo «marketing» eleitoral e pela preocupação essencial, que não escondem, de ganhar o centro. O que falseia o jogo salutar da alternância e torna o terreno político pantanoso, nada estimulante. A sociedade civil começa a sentir a tentação de não distinguir os partidos e os políticos pelas posições ideológicas que dizem adoptar e de rejeitar a classe política, por igual. O que é perigoso! Tratar-se-á de um ciclo, creio. A política, com o que deve ter de idealismo e de confronto desinteressado de ideias e concepções, irromperá de novo um dia, com a força do passado. Ao contrário do que é politicamente correcto pensar, as ideologias não morreram. Enquanto houver desigualdades e injustiças - e cada vez elas são mais gritantes, entre as pessoas e entre os Estados - haverá sempre alguém com a coragem de dizer não, como nos ensinou Manuel Alegre, em tempo de resistência, ou José Régio, quando escreveu aquele verso que ficou gravado na memória de várias gerações: «sei que não vou por aí...» Os comentadores das eleições francesas, decepcionados, porque os resultados nem sempre coincidiram com as previsões anunciadas, escreveram: «a direita ganhou a

provincia e a esquerda, Paris». Julgo que não foi bem assim. Ao cabo de seis anos de uma experiência de «esquerda plural» - que é uma fórmula política nova e interessante - a França, pode dizer-se, atravessa um momento feliz. Reduziu um milhão e duzentos mil desempregados, num universo de três milhões, e apesar da semana de 35 horas, tão contestada, as empresas francesas nunca obtiveram tão bons resultados. A economia vai, pois, particularmente bem.

Não admira, assim, que a «Esquerda Plural» se aguentasse, mais ou menos, por toda a França. Não teve uma grande vitória, como alguns esperariam, mas não perdeu. Apesar dos fracassos averbados por alguns ministros supermediáticos, como Elisabeth Guigou, Jacques Lang e Catherine Trautman (mas aí o problema parece ser o de os franceses quererem que os «maiores» se ocupem mais deles, da sua municipalidade, e não das grandes questões nacionais) e da decepção de Toulouse, em que a direita ganhou, contra todas as suposições, embora por uma escassa maioria de votos. No resto, a repartição dos votos e dos lugares ficou bastante próxima. Mas a esquerda ganhou Paris, pela primeira vez, desde a V República - e Paris, como disse Henri IV, «vale bem uma missa» - e ganhou Lyon, a segunda maior cidade de França. Não foram pequenos troféus.

Na esquerda verificou-se um fenómeno interessante: a queda eleitoral continuada e

que agora parece irreversível do Partido Comunista, de Robert Hue (das cidades de mais de cem mil habitantes, o partido comunista só manteve uma: Arles, a bela urbe do sul, de impressionantes ruínas romanas) e a ascensão dos Verdes, não obstante a campanha de destruição «ad hominem» feita contra Cohn-Bendit. À direita, sublinhe-se o declínio do «Front National» de Jean-Marie Le Pen - o que é muito positivo - e as divisões profundas que subsistem no âmbito da direita, que tiveram consequências devastadoras em Paris, por exemplo.

As eleições francesas marcaram ainda uma outra diferença. A participação crescente dos portugueses são, em alguns casos, como eleitores. É uma experiência nova e fecunda. A emigração portuguesa em França tem raízes antigas: há hoje já emigrantes da terceira geração, formados em França, bons técnicos e excelentes profissionais, que, felizmente, continuam a manter uma ligação efectiva muito sólida com Portugal. Os portugueses são, de longe, a maior emigração em França vinda do interior das fronteiras da União Europeia. É uma emigração instalada, bem acolhida e respeitada. É, assim, excelente que se integre na vida política francesa e que os emigrantes participem, passiva e activamente, nos actos eleitorais autárquicos, como portugueses. É uma situação nova que não devemos deixar de apoiar, sem interferência, como é óbvio, e de calorosamente saudar.

in «Expresso»

AMBIENTE

Maria Santos*

A «GLOBALIZAÇÃO ECOLÓGICA»

Fala-se hoje cada vez mais em globalização. Mas de que globalização falamos? A financeira, que tem marcado o ritmo de todas as outras, com a criação de um mercado único de capitais? A das «multinacionais globais», com as suas alianças estratégicas e regras de flexibilidade no domínio do emprego? A económica, com a supressão dos entraves a um comércio mundial que se auto-regula, propiciando situações como as de dumping económico, social, fiscal e ambiental? A da solidariedade, corporizada pelos grandes grupos sociais e organizações não governamentais que mobilizam a sociedade civil mundial? A das tecnologias da informação e comunicação?...

Sabemos que o fenómeno da globalização não pode ser visto nem linearmente nem como uma fatalidade. Todavia, também sabemos que há uma pluralidade de dinâmicas contraditórias e socialmente adversas, que vão desde a uniformização dos padrões de consumo à crescente insegurança alimentar; das alterações climáticas à redução da biodiversidade; da especulação monetária e financeira à fragilização da coesão social; da delapidação dos recursos naturais aos efeitos cumulativos da poluição...

Sabemos que é urgente inverter o ciclo vicioso da pobreza e impor regras claras e universais de respeito pelo ambiente. Sabemos que temos de criar condições de trabalho mais

justas e uma distribuição mais equitativa e racional dos recursos do planeta. Mas, para tanto, será que existe uma estratégia política que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a vida das gerações futuras? Será que dispomos de medidas que instilem uma atitude de prudência à mundialização dos mercados e marquem, decisivamente, as agendas políticas nacionais e internacionais? Será que possuímos uma alargada consciência da nossa interdependência económica, social, cultural e ambiental? A globalização em si mesma não é boa nem é má, depende da sua regulação social e política. Por outro lado, é preciso que o diálogo entre ambiente e economia passe a ser radicalmente diferente. Sejamos claros: a lógica das vantagens competitivas das empresas que não repercutem os custos ambientais, por exemplo, nos seus produtos, tem de ser social e politicamente condenada! É que a legislação no domínio do ambiente não é um entrave ou ameaça ao crescimento económico (antes pelo contrário), constitui um elemento referencial obrigatório do desenvolvimento. Daí a urgência de um reformismo ambiental audacioso e de uma orientação humanista para a globalização económica. Ou será que já esquecemos que a Cimeira do Rio de 92 nos demonstrou que o modelo de desenvolvimento predominante era inviável (insustentável) e que havia um elo vital entre os direitos humanos, a protecção do

ambiente e a afirmação económica e cultural dos povos? De facto, quando a comunidade internacional apontou uma direcção clara na luta contra a pobreza, a redução das emissões poluentes e a alteração dos modos de consumo, entre outras, colocou na ordem do dia uma visão da globalização: o desenvolvimento sustentável.

A Conferência das Nações Unidas Sobre Ambiente e Desenvolvimento, que aprovou a Agenda 21 (um programa de acção para conciliar o desenvolvimento económico com a protecção da natureza); a Convenção sobre o Clima e a Convenção sobre a Diversidade Biológica; a Declaração sobre Florestas ou o mandato então conferido para a negociação de uma Convenção sobre Desertificação, bem como a Declaração do Rio (onde se estabelecem os princípios para uma boa gestão dos recursos do planeta) constituem, indiscutivelmente, um grande avanço político para enfrentar os problemas globais do estado do ambiente no mundo.

A questão central que presentemente se nos coloca é, pois, a de saber se conseguimos ou não concretizar tais intentos. O primeiro balanço é, contudo, profundamente negativo e frustrante. Basta tomarmos como exemplo, os dossiers clima e biodiversidade. Com efeito, o recente relatório, elaborado pelo Painel Inter-Governamental sobre Alterações Climáticas das Nações Unidas, confirma que o aquecimento global é muito mais grave do que

se pensava, prevendo-se que a temperatura aumente de 1,4 a 5 graus no decurso deste século, com todas as consequências nefastas, algumas irreversíveis, quer para a saúde quer para a própria economia ou para as paisagens de numerosas regiões do globo. Por outro lado, o relatório «Planeta Vivo», do WWF (Fundo Mundial para a Natureza), publicado em Outubro de 2000, confirma que a perda de riqueza biológica dos ecossistemas florestais, marinhos e de água doce foi de cerca de um terço depois de 1970.

A globalização económico-financeira mudou realmente as regras do jogo da política mundial. O novo paradigma do desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento sustentável que foi introduzido na Cimeira da Terra e, mais recentemente, nas conclusões do Fórum Social de Porto Alegre não se podem perder! A criação de uma autoridade internacional - Organização Mundial do Ambiente da ONU - torna-se, por isso, crucial, para fazer respeitar todos estes compromissos. Ainda que as desilusões sejam muitas, as respostas construtivas são possíveis. Iminentemente políticas, elas terão de ser plenamente assumidas pelos governos nacionais, sem marginalizar os contributos da sociedade civil, aliada irrecusável e indispensável da boa governação.

*Deputada do Partido Socialista
in «Diário de Notícias»

MOÇÃO SECTORIAL

DROGA: CONTRIBUTO PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA

1.

Dos Estupefacientes às Drogas

A evolução das sociedades e a crescente complexidade das relações interpessoais resultam num crescente consumo de estupefacientes.

Estes estupefacientes podem assumir várias formas e em diferentes quantidades, que resultam em diferentes níveis de dependência.

Quanto à forma, há estupefacientes de uso corrente que não resultam em segregação social. Estão neste caso os consumidores de álcool e tabaco.

Ao inverso o consumo de outros estupefacientes gera um estado de repulsa e segregação social.

Quanto ao seu carácter quantitativo, os estupefacientes socialmente aceites poderão resultar em casos extremos de dependência como sejam o alcoolismo e tabagismo.

No que concerne aos demais estupefacientes (como sejam as drogas),

o seu uso em doses excessivas gera casos de toxicodependência extrema, com efeitos na saúde dos consumidores, além de provocar uma conhecida repulsa social pelos demais.

2. Do Tráfico ao Consumo

A experiência retirada com a «Lei Seca» é emblemática para o tratamento do narcotráfico.

A liberalização do consumo de qualquer bem, tem como efeito a redução do seu preço, ao que se associa a democratização da sua utilização. Eventualmente o seu uso excessivo acarretará problemas de saúde ao usuário.

O tráfico, por seu turno, tem como resultado a subida do preço unitário do bem, assim como a criação de uma elite promotora de crime organizado, visando a proliferação dos seus canais de distribuição.

Reportando este cenário para os estupefacientes, é notório que se deverá

liberalizar o consumo daqueles que não impliquem risco imediato para a Saúde, evitando-se deste modo o narcotráfico. Esta liberalização do consumo deverá ser acompanhada por medidas dissuasoras, como sejam, a taxação e a criação de impostos especiais sobre o consumo deste tipo de bem, a exemplo do que se passa com o tabaco.

Por outro lado, como em qualquer acto de consumo há agentes económicos responsáveis pela sua distribuição (Estado ou empresas) e sujeitos adquirentes.

No caso concreto das drogas, a sua administração deverá ser gerida pelo Estado, sob vigilância médica de modo a evitar excessos de consumo nocivo para a Saúde.

3. Despenalização vs Descriminalização

Feito o enquadramento da problemática, que radica na transição do tráfico para uma liberalização do consumo, urge definir o

quadro legal.

Na actual Legislatura foi feito a transição de um ordenamento de crime, para uma descriminalização do consumo.

Peca esta medida por defeito, na medida que promove o narcotráfico como foi visto anteriormente.

Desde logo, deveria haver lugar a uma despenalização do consumo das drogas em privado.

Abre-se, deste modo, a possibilidade de serem criadas as «salas de chuto».

Assim, poderia-se evitar as exposições de consumo público e sua publicidade a terceiros moniciadoras de novos consumidores.

Em resumo, tendencialmente deverá o consumo ser liberalizado e despenalizado, sendo a sua administração gerida pelo Estado mediante acompanhamento médico.

Nuno Filipe Dias Gomes Ferreira
Militante nº 215883, PS Trafaria

UMA QUESTÃO TEMPORAL

Tenho ouvido nos órgãos de Comunicação Social que no Congresso, António Guterres vai falar da possibilidade de os portugueses, aos 16 anos, poderem votar nas eleições do quadro institucional português...

Uma das características de muitos portugueses é utilizarem e bem, as novas tecnologias que os outros investigaram, produziram e comercializaram, de uma maneira muito eficaz. Repare-se nos telévis, nas coisas digitais mais elaboradas, nas analógicas tipo vibrador, etc. Nestes portugueses incluem-se, é claro, muitos políticos, «activos» e inactivos, grandes mestres, nesta panóplia de vanguardismo tecnológico. Advogados a falarem de tecnologias tipo investigadores, engenheiros a falarem de recursos desumanos, economistas de arquitectura paisagística, arquitectos de informação, canalizadores de investigação espacial, serralheiros de análise financeira, pintores de fiscalidade, etc. Um mundo de «cultura» substancial. É assim que as coisas vão cá, no cantinho...

Uma das particularidades desta nova descoberta científica, o «Genoma», é sem dúvida no futuro qualquer poderoso poder manipular as características dos terráqueos duma maneira pouco escrupulosa em seu benefício ou de grupos concertados. Isto



é muito perigoso! Já viram o que vai ser ao nível da estrutura humana e psicológica? Os ditadores que já passaram à história, por morte, devem estar todos ruídos de inveja. Os novos ditadores «democráticos», vivos, estão à espera da sua oportunidade. António Guterres tem a particularidade de começar a dar indícios que é possível aproveitar alguns «socialistas/independentes», mais devotos, e afins cada vez mais cedo para a coisa pública. Sinceramente concordava se fosse

possível manipular os genes dessa gente, para níveis de formação efectiva e afectiva que alterassem substancialmente a qualidade de vida dos portugueses. Contudo, não vislumbro que isso possa vir a acontecer no futuro próximo. Não acredito que o interesse eleitoral necessite de jovens nesta idade adolescente. Não acredito na necessidade de jovens em lugares de responsabilidade, cada vez mais cedo, sem terem prestado provas na vida profissional. Não acredito da necessidade de jovens em lugares cimeiros no Estado ou outros, sem terem provado coisa nenhuma. «Entendo» sim, da necessidade de jovens como testas de ferro para o cumprimento não sei de quê, para não sei quem. Entendo que aproveitar jovens para lugares de interesse «responsável», seja para o que for, poderá vir a ser considerado um acto irresponsável e irreflectido.

O que se está a passar em muitas empresas, onde se colocam jovens em lugares de direcção e gestão, não passa de assinatura para espremer carne para hamburgers, porque é tenra, não protesta, não tem voto na matéria e satisfaz os planos de muitos.

Um exemplo interessante num país do Norte da Europa. Quando estive no Parlamento de um desses países fiquei impressionado com o cumprimento duma

Assembleia Parlamentar: cerca de metade eram mulheres, o Presidente era mulher, o Parlamento estava completo, os parlamentares com idade de 40 para cima, jovens não havia um. Fiquei admirado e perguntei qual a razão de não haver jovens, dado que no Parlamento português tem bastantes. Resposta: os jovens devem trabalhar primeiro e depois de adquirirem conhecimentos da vida na sua globalidade, devem vir para o Parlamento fazer leis e defender os seus concidadãos. Estupefação não pela resposta, pois é assim que eu entendo, mas pela firmeza de opinião transmitida. Nos governos a prática deve ser a mesma e em tudo que se relacione com o interesse de cidadania de terceiros. A componente curricular não pode ser marginalizada. Bem sei que, hoje, Portugal na Europa é o segundo país na maternidade mais precoce, bem sei que Portugal, é dos primeiros no alcoolismo juvenil, bem sei que Portugal é dos top na droga dos mais jovens. Bem sei que Portugal é dos primeiros no insucesso escolar particularmente nas ciências exactas... Bem sei, que tudo devia ser diferente para melhor. Infelizmente, bem sei, que Portugal não vai bem... Onde está o Desígnio?

Resta-nos o Genoma para um futuro promissor. Se possível com Genes maduros...



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Recital em Abrantes

A iniciativa «Música do milénio» prossegue este sábado, dia 7, às 21 e 30, no auditório da Santa Casa da Misericórdia, com um recital de piano de António Rosado.

Teatro em Albufeira

A peça de teatro «Casal Aberto» será representada pelo grupo cénico Quatro Ventos na quarta-feira, dia 11, e na quinta-feira, dia 12, no Auditório municipal, pelas 21 e 30.

A partir de sábado e até ao dia 27 deste mês poderá apreciar, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros, as pinturas de Monika Zisl.

Coro em Amarante

O Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso inaugura, no dia 7, pelas 16 horas, nas salas de exposições temporárias, uma mostra de Justino Alves, constituída por cerca de 70 obras e intitulada «1962 – 2000».

A exposição permanecerá patente ao público até ao próximo dia 27 de Maio e pode ser visitada diariamente entre as 9 horas e as 17 e 30, excepto segundas-feiras e feriados.

Este domingo, às 16 horas, a Igreja de São Gonçalo recebe, mais uma vez, a Orquestra do Norte, para um concerto que contará com a participação do Coro de Nuremberg.

Música em Coimbra

O Ciclo de Música Coral termina na próxima quarta-feira, dia 11, com a actuação do Orfeão Académico de Coimbra, na Casa Municipal da Cultura, às 21 e 30.

«Flamenco» é o título da exposição coordenada por Irmão Gabriela, patente na Casa da Cultura.

Ciclo de cinema em Espinho

A nova cinematografia espanhola vai ser alvo de um ciclo de cinema a realizar entre 8 e 19 de Abril, no Centro Multimediais. Durante duas semanas serão exibidas dez obras de recente produção, muitas delas com pouca distribuição em Portugal.

«Finisterre – Onde termina o mundo», de Xavier Villaverde, «A menina dos teus olhos», de Fernando Trueba, «Goya em Bordéus», de Carlos Saura, e «Entre as pernas», de Manuel Gómez Pereira, são algumas das obras cinematográficas a apresentar.

Filmes em Fafe

Este fim-de-semana, assista à exibição do filme «Prova de Vida», no Estúdio Fénix, às 15 e 30 e às 21 e 30.

A sugestão do Cineclub para a próxima quarta-feira, às 21 e 45, intitula-se «A Fidelidade», uma fita assinada por Andrej Zulawski.

Dança em Faro

Este sábado, dia 7, pelas 17 horas, será altura dos mais novos poderem assistir a um espectáculo de dança, concebido especialmente para crianças dos seis aos 12 anos.

A iniciativa, a decorrer no Conservatório Regional do Algarve, será dirigida por Aldara Bizarro.

Concertos em Guimarães

O espaço «Memória do Cinema» leva, hoje, pelas 21 e 45, ao Auditório da Universidade do Minho, a película de Alain Resnais – «Fumar».

Também hoje arranca o III Ciclo de Concertos de Páscoa com a actuação, às 21 e 30, na Igreja do Carmo, do Quarteto de Trombones de Lisboa.

Do programa desta iniciativa da edilidade vimaranense fazem parte as apresentações do Coro de Câmara e Lisboa (amanhã, às 21 e 30, na Igreja de S. Pedro), da Orquestra do Norte (sábado 7, às 21 e 30, na Igreja de São Francisco), do Grupo Vocal Orlisípo (domingo 8, às 17 horas, na Igreja de Nossa Senhora da Oliveira) e da Orquestra de Sopros da Academia de Música Valentim Moreira de Sá, acompanhado pelo Grupo Coral de Azurém (quarta 11, às 21 e 30, na Igreja da Misericórdia).

Orfeu em Lisboa

Três actores (Teatro Meridional) e sete objectos brincarão com a seriedade das emoções, contando «Histórias 100 Tempo», entre a alegria e o espanto, no

pequeno auditório do Centro Cultural de Belém (CCB), entre os dias 7 e 14.

A partir de domingo e até ao dia 13, recria-se, no grande auditório do CCB, o mito de Orfeu, num espectáculo do mesmo nome, em que se enceta novas experiências teatrais a quatro dimensões e onde o público é constantemente cativado pelas transformações cénicas e pelos efeitos especiais.

Seminário em Ovar

Hoje e amanhã, a autarquia local organiza, no auditório do Orfeão, um seminário subordinado ao tema «Diferentes desafios numa só realidade – Toxicod dependência».

Fotos em Paredes de Coura

Este fim-de-semana (dia 7 – 22 horas e dia 8 – 15 e 22 horas) não perca a estreia, no Centro Cultural, do mais badalado filme de Ridley Scott. Trata-se de «Hannibal», um thriller psicológico que conta com a soberba interpretação de Anthony Hopkins e com a sensualidade de Julianne Moore. A partir de sábado, dia 7 e até 20 de Maio exibir-se-ão os trabalhos do II Concurso Coura em Fotografia».

Duetos em Portimão

O Duo Vocis dará um concerto de flauta e guitarra, no salão nobre da Câmara Municipal, este sábado, dia 7, pelas 21 e 30.

Pequenos cantores na Povoação

A X Gala Regional dos Pequenos Cantores – «Caravela d'Ouro» Povoação tem começo marcado para este sábado, dia 7, a partir das 20 horas, no Pavilhão Gimnodesportivo desta vila.

SUGESTÃO

**PORTO 2001
WOZZECK E
NOITES CELTAS**

As «Noites Celtas» e a interpretação de «Wozzeck», de Alban Berg, pela Birmingham Opera Company são os destaques do programa da 12ª semana do Porto 2001.

A ópera sobre o soldado que lhe dá nome retrata a crueldade da sociedade na relação com os desfavorecidos.

«Wozzeck» vai ser interpretada, amanhã e no sábado, na nada convencional Central Eléctrica do Freixo.

No fim da semana, o Coliseu do Porto vai acolher as «Noites Celtas». Amanhã actuam João Afonso (Portugal) e Muzsikás, com Alexander Balanescu (Hungria). No sábado (dia 7) apresenta-se Susana Seivane (Galiza) e Oysterband (Reino Unido) e domingo (dia 8) o Tendachënt (Itália) e The Men They Couldn't Hang (Irlanda/Inglaterra). Como complemento a este evento, o grupo Folk Quest (hoje e amanhã) e o Bando do Rei Pescador (dias 7 e 8) animarão, a partir da meia-noite, o Café-Concerto do Teatro Rivoli.

O Festival Internacional de Electroacústica Música Viva começa amanhã e prolonga-se até dia 14, na Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo.

No dia 8, o Zehntmair Quartet, vai executar, sem partituras, obras de Beethoven, Veress e Schumann, no Teatro Rivoli.

**POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca**

A concha

A minha casa é concha. Como os bichos Segreguei-a de mim com paciência: Fachada de marés, a sonho e lixos, O horto e os muros só areia e ausência.

Minha casa sou eu e os meus caprichos. O orgulho carregado de inocência Se às vezes dá uma varanda, vence-a O sal que os santos esborou nos nichos.

E telhados de vidro, e escadarias Frágeis, cobertas de hera, oh bronze falso! Lareira aberta ao vento, as salas frias.

A minha casa... Mas é outra história: Sou eu ao vento e à chuva, aqui descalço, Sentado numa pedra de memória.

Vitorino Nemésio
In «O bicho harmonioso»



FUNDÃO, FUSÕES E SEBC

1. - As medidas recentemente anunciadas no Fundão para apoiar o investimento no interior do país e noutras áreas carenciadas beneficia o Alentejo, a Beira Interior, Trás os Montes, o Alto Minho, as freguesias mais carenciadas do Algarve e os concelhos menos desenvolvidos de outros distritos. Três quartos do território onde vive um quarto da população são beneficiados por estas medidas. Previstas já nas alterações ao Orçamento que os deputados socialistas acordaram com o Governo em Novembro último, aprovadas parlamentarmente e concretizadas, especificadas e anunciadas agora em Março pelos Ministros Pina Moura e Elisa Ferreira.

2.- A fusão e concentração de empresas continua o seu caminho em toda a Europa e no mundo. O sector bancário português evidencia as ligações entrecruzadas com bancos espanhóis, franceses e italianos. Entretanto, confirma-se que, na actual situação, os 10 maiores bancos europeus têm 50 por

cento do mercado e nos EUA, 70 por cento da capitalização bolsista pertence aos 10 maiores bancos.

Bancos da Europa latina que controlam ou participam em empresas portuguesas, têm também participação em empresas britânicas e alemãs. O entrecruzamento de participações, mantendo, na fase actual, centros de decisão financeira privada em Portugal evidencia o funcionamento em rede do sistema financeiro mundial.

3.- Neste contexto, melhor se entende não só o papel do Banco Central Europeu como do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Só uma supervisão integrada à escala europeia e uma política monetária única europeia, podem conseguir resolver os problemas que, a essa escala, se colocam. O acompanhamento mais vigoroso por parte do ECOFIN – Conselho de Ministros de Economia e Finanças da União Europeia, das políticas financeiras e monetárias é uma garantia de controlo por parte de órgãos políticos democráticos. Sem prejuízo do

Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais devem exercer o seu escrutínio democrático neste domínio

4.- As grandes estruturas empresariais e financeiras articulam-se, aliam-se, combatem-se ou fundem-se. Os sistemas políticos integram-se à escala das regiões do mundo e os governos coordenam-se para controlar os poderes económicos e defenderem (ou desenvolverem) os sistemas de protecção, solidariedade e segurança social, bem como garantir o funcionamento democrático das sociedades. Daí a importância de os cidadãos agirem organizadamente não só nas instituições democráticas como através dos partidos políticos e organizações sociais. Só assim, neste mundo de poderes altamente organizados, de poderes económicos articulados e de opulência comunicacional, poderá ter algum significado e eficácia o nosso esforço, superando as pequenas vaidades individuais em função de objectivos comuns mais nobres.

«O Ministério da Educação não subscreve o pressuposto de que competir seja o caminho para a qualificação»

Augusto Santos Silva
Expresso, 31 de Março

«A partir de agora quem se meter com o PS leva»

Jorge Coelho
Diário de Notícias, 1 de Abril

«As declarações do bastonário dos advogados são absurdas e inadmissíveis»


Idem, ibidem

«Muitos porteiros e seguranças de discotecas dedicam-se a actividades ilícitas, como tráfico de drogas sintéticas»

Rui Pereira, secretário de Estado da Administração Interna
Expresso, 31 de Março

«A discoteca estar aberta às 8 da manhã parece-me um pouco excessivo»

Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa
Director-adjunto
José Manuel Viegas
Redacção

J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração

Rui Perdigão
Secretariado

Sandra Anjos
Paginação electrónica

Francisco Sandoval
Edição electrónica

Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

